

Capítulo VII

O olhar europeu para a Terra dos Papagaios, segundo alguns testemunhos do século XVI



Figura 122. Parte americana do Planisfério¹

¹ Figura 122. Parte americana do Planisfério feito em Arques, França, 1546. Revela a influência da cartografia portuguesa, embora pertença à 'escola de Diepoe'. Cenas da vida indígena. In: Adonias, Op. cit., p. 34.

7 Cartografia: experiência prática na Terra modificando a cosmologia universal

*O capitão por certo vos traz, porque pretende
 Algum serviço seu por vos obrado:
 Por isso sois vos guia, & vos defende
 Dos inimigos do mar, do vento yrado:
 Sabey que estais na Índia, onde se estende,
 De ouro luzento, & fina pradaria,
 Cheiro suaue, ardente especiaria.
 (Cf. Os Lusíadas, f. 118)*

(...)

*E se queres com pactos, & licenças
 De paz, & de amizade sacra, & nua,
 Comercio consentir das abundanças
 Das fazendas de terra sua, & tua,
 Porque creção as rendas, & abastanças,
 Por quem a gente mais trabalha & sua,
 De vossos reynos, sera certamente
 De ti proveito, & d'elle gloria ingente.²
 (Idem, f. 123v.)*

² Enorme.

E para lucrar desse proveito e dessa glória, “(...) *já é tempo de descobrirmos a América — disse o profeta Tawil — estamos um tanto quanto atrasados, perdendo dinheiro*”, frase esta que Jorge Amado atribui ser dos *Arquivos Secretos, volume dos profetas menores*. (In: Amado, 1994, epígrafe). Mas também, para poder descobrir a América necessário era observar a massa intocável do universo para sentir de que maneira as “(...) *constelações do ceo se mudam muito toste³ segundo o corimentodo⁴ ceo das planetas, e as looas ventuiras e as mas destas constelações nascem pelo poderio que lhis deus ordenhou*” (Antigo Nobiliário, apud Herculano, 1907, p 276)⁵ para que Portugal não fitasse mais com olhar enigmático, o futuro do passado do Ocidente. Mas essas previsões certamente deveriam ter sido superadas pelas experiências práticas daqueles seus varões previdentes e homens do mar conhecedores.

Entre muitos destes, inclusive Vasco da Gama, os louvores certamente caberiam, como já fora dito no capítulo anterior, ao Infante D. Henrique, pela sua *vocação natural* de navegador, cavaleiro, protetor e governador da Ordem de Cristo Jesus. A vocação do Infante fora *predeterminada* por Deus. Nascera e crescera coberto de glórias que não eram exclusivamente suas, pois era mortal, mas sim da sua alma. herdara as insígnias advindas do sangue daquele que fora então *Mestre e benfeitor* das causas e das coisas que por muito tempo o Império colonial português conquistara, a fidalguia comercial usufruíra e a Real Corte dos Avis administrara cobrando altos impostos da população, para poder assim garantir as suas guerras e conquistas.

Esta foi uma prática que já vinha desde o reinado de D. Fernando I (1367 – 1383), antecessor do mestre de Avis, e que foi mantido por este seus sucessores a fim de continuarem custeando as despesas com as suas conquistas. Se justificava

³ Cf. HOLANDA FERREIRA, Aurélio. Op. cit. Verbete: toste. *Saudação ou brinde, em um banquete. Ato de beber à saúde de alguém. Cf. Faria. Op. cit. Verbete: toste: Breve, prompto, banco da galé onde vão aferralhados os forçados As — vinham atochadas.*

⁴ Substantivo derivado de cor.

⁵ (Leitura paleográfica de Geraldo Prado: *As constelações do céu se mudam muito breve segundo o deslocamento do céu dos planetas, e as luas ventureiras e os outros astros destas constelações nascem pelo grande poder que Deus lhes ordenou.*)

umentar os impostos para subsidiar as guerras, pois sem elas Portugal jamais triunfaria com as suas realizações, uma vez que esses impostos seriam revertidos em nome do *engrandecimento* da nação, e o povo continuaria pagando sem fazer *nenhuma* oposição. É possível extrair das entrelinhas do livro de Lúcio de Azevedo, citado nos capítulos anteriores, que a Corte e a nobreza portuguesa não tinham nenhum remorso, ou *dor de consciência* em tomar essas medidas, pois consideravam importantíssimas para a *defesa da grandiosidade patriótica do povo lusitano*.

Tais medidas foram necessárias à expansão portuguesa por terra, pelo Atlântico e pelos diversos mares então conhecidos, mas sempre presas às hierarquias estabelecidas pela Escolástica medieval. Sérgio Buarque de Holanda analisa esta questão referindo-se ao “(...) *curso teológico de João de São Tomás, o filósofo português tido por muitos tomistas modernos como o mais perfeito intérprete do Doutor Angélico*” (Holanda, 1963, p. 7). Sérgio Buarque faz uma breve análise crítica da visão desses *tomistas modernos* sobre a Escolástica, dizendo que esta foi

(...) *criadora porque foi atual. A hierarquia do pensamento subordinava-se a uma hierarquia cosmogônica. A coletividade dos homens na terra era uma simples parábola e espalhava palidamente a cidade de Deus. Assim, na filosofia tomista, os anjos que compõem as três ordens da primeira hierarquia, os Querubins, os Serafins e os Tronos, são equiparados aos homens que formam o entourage imediato de um monarca medieval: assistem o soberano no que ele realiza por si mesmo, são os ministros e conselheiros. Os da Segunda hierarquia, as Dominações, as Potências e as Virtudes são, em relação a Deus, aquilo que para um rei são os governadores por ele incumbidos da administração das diferentes províncias do reino. Finalmente, os da terceira hierarquia correspondem, na cidade temporal, aos agentes do poder, os funcionários subalternos.* (Holanda, op. cit., pp. 6-7)

Além dessa visão suntuosa da Escolástica sobre a expansão colonial marítima e *terreal* de Portugal, os estudo de Mata e Valério mostra um outro lado dessa questão que

(...) *deve ser entendida acima de tudo como uma resposta ao desafio colocado pela crise profunda que a Cristandade Ocidental em geral e Portugal em particular viveram durante a segunda metade do século XIV e o século XV. De facto, a expansão, quer para prósperos territórios muçulmanos, quer para regiões ainda inexploradas como parceiros comerciais, era um meio de restaurar a prosperidade econômica perdida durante as décadas que precederam a irrupção da peste negra. Assim, é possível dizer que a expansão portuguesa deve ser explicada, acima de tudo, por causa de natureza econômica. (...) Os motivos econômicos não*

eram os únicos, contudo, o desejo dos outros tipos de promoção social, o desejo de converter almas de infiéis e pagãos à verdadeira religião e a curiosidade geográfica, isto é, as motivações culturais, foram também importantes para a maior parte dos líderes, guerreiros, marinheiros e missionários que participaram no processo. (...) Contudo, as causas objectivas e subjectivas não são suficientes para explicar a expansão portuguesa. Foi necessário dispor de recursos que pudessem ser mobilizados, de tecnologias adequadas que pudessem ser utilizadas e de uma organização eficiente para que o processo pudesse iniciar-se e prosseguir. (...) É claro que recursos de outros países — por exemplo, a participação no processo de navegadores e homens de negócio italianos ou flamengos —, permitiria ajudar a superar estas dificuldades. Contudo, o desejo de conservar o pleno controle do processo levou as autoridades portuguesas a usar esta ajuda com bastante relutância. De um ponto de vista qualitativo, Portugal estava bem equipado para a tarefa da expansão. As florestas portuguesas forneciam madeira suficiente para a indústria da construção naval, os guerreiros e os marinheiros portugueses foram capazes de dominar as mais sofisticadas técnicas militares e náuticas da época e a sociedade portuguesa produziu nos séculos XV e XVI um punhado de dirigentes competentes que se aperceberam das potencialidades do processo de expansão. (Cf. Mata e Valério, 1994, pp. 76-77)

Embora os autores acima citados usem do substantivo *sociedade portuguesa* para justificar o surgimento dos seus dirigentes competentes (sic), quem vão contribuir, de fato, para a referida potencialidade são aqueles que participavam da sociedade da Corte, uma vez que a maioria absoluta do povo português se mantinha totalmente alheio a esse processo. Aliás, este tipo de concepção não é exclusiva destes autores. Basta ver como historicamente se construiu o discurso das mais distintas correntes de pensamento — das mais conservadoras às mais radical — atribuindo as causas e conseqüências de uma determinada ação social, não apenas aos vencedores, mas a totalidade da sociedade.

Mas à exceção deste comentário, o expansionismo comercial quatrocentista europeu em transe — mais ainda o português que marchava para alcançar o seu auge — trazia em si a ambigüidade de ser, por um lado, interpretado segundo às concepções das leis divinas disseminadas pela Escolástica, e por outro, pela nascente racionalidade científica. Tal racionalidade repercutiu na *ciência-síntese* ou seja, a cosmologia, assim como nas demais ciências — especialmente na física, na matemática, na astronomia, cujas funções básicas encerravam-se na cartografia — dedicadas à compreensão da estrutura do Universo. Essa nascente racionalidade, embora tenha se originado no âmbito das Sagradas Escrituras, gradualmente tendia

a superá-la e durante os séculos XV, XVI e XVII exerceu uma sólida colaboração tanto em nível de grandeza, quanto no do processo de consolidação do expansionismo do capital comercial dos países ibéricos e posteriormente em vários outros da Europa Ocidental.

A variância desses fatores — acrescentando ainda os de caráter históricos da formação econômica e social de Portugal — originou o que a maioria das pessoas *cultas* desse país classificou de *índole guerreira, espírito aventureiro e vocação natural* dos portugueses pelo mar. Deste modo, se Portugal se expandia, *expandia-se* o Universo e modificava-se a cartografia universal, cujo pioneirismo de tudo isto, coube ao Infante D. Henrique, os seus sucessores e demais comandantes das esquadras portuguesa, marinheiros ou simplesmente *homens do mar*, que em nome de Deus e do Rei de Portugal, tinham um compromisso: adonarem-se de terras conhecidas ou desconhecidas e *crava-lhes* nelas as cores, as marcas e quaisquer outras insígnias ou códigos sagrados *instituídos* pelos poderes divinos aos destinos promissores desse reino que

(...) *Manda seus mensageiros que passarão
Espanha, França, Italia celebrada,
E la no ilustre porto embacârão,
Onde já foy Paternope enterreda,
Napoles os fados se mostrârão,
Fazendo a varias gentes subjugada,
Pola [por]⁶ ilustrar no fim de tantos annos,
Co senhorio de inclitos [ilustres] Hispanas .*

*Pelo mar alto Siculo nauegão,
Vão se aas praias de Rodes arenosas,
E dali aas ribeiras altas chegão,
Que com morte de Magno sam famosas:
Vão Menfis, & aas terras qe se regão,
Das enchentes Niloticas vndosas, [de ondas]
Sobem aa Ethiopia, sobre Egito,
Que de Christo la guarda o soneto rito. [de regra, ritual].*

*Passam também as ondas Eritreas,
Que o pouo de Israel sem Não passou,
Ficão lhe atras as terras Nabateas,
Que o filho de Ismael to nome ornou:
As costas adoriferas Sabeas,*

⁶ Cf. HOLANADA FERREIRA, Aurélio Buarque de. Op. cit. Verbete: pola. *Ant. e Pop. Aglut. da prep. por e do art. arc., fem., la (a). Aglut. da prep. por e do pron. arc., fem., la (a). Aglut. da prep. por e do pron. dem. arc., fem., la.*

*Que a mãy do bello Adonis tanto honou,
Cercão, com toda a Arabia descoberta
Feliz, deixando a Patrea, & a Deserta.
(Cf. Os Lvsiadadas. Op. cit. f.72/v.)*

E também desertas e nem tão felizes ficaram outras terras e todos os seus gêneros, inclusive o humano, que passaram a ser controlados pela Coroa portuguesa como ocorreu, em particular, no caso do continente africano. O objetivo de estabelecer essas possessões na África foi, por um lado, o de subtrair os seus recursos naturais: ouro e prata, malaguetas e mais algumas especiarias; e por outro, segundo já disseram inúmeros historiadores — e que terminou sendo o mais importante por alguns séculos para o seu exclusivismo comercial — o comércio de escravo.

Esse ramo de *negócio* foi o responsável pela quase totalidade da força de trabalho escravo português dos séculos XV ao XVIII, tanto na metrópole, quanto nas suas colônias. Assim, a escravidão em Portugal começou, de fato, na época em que o Infante D. Henrique estava ainda nas lideranças das navegações desse país. Uma fonte testemunho disso, é a longa crônica escrita pelo o cronista de sua confiança, o Zurara:

(...) Ora sabemos como Nuno Tristão, um cavalheiro mancebo assaz valente e ardido, que fora criado moço pequeno na câmara do Infante, chegou àquele lugar onde era Antão Gonçalves; o qual trazia uma caravela armada, com especial mandado do seu senhor que passasse além do porto de Galé, o mais longe que pudesse, e depois que trabalhasse de filhar [reproduzir, procriar] gente por qualquer maneira que pudesse; (grifo de Geraldo Prado) o qual correndo viagem, chegou ali onde era Antão Gonçalves.

E já deveis entender qual seria sua ledice, [alegria] sendo naturais de um reino, e crados em uma casa, achando-se tão alongados de sua terra. E leixando [deixando] sua linguagem, que é de presumir que ambos dependeriam, um em perguntar novas de seu senhor, e assim dos amigos e conhecentes, e o outros alerve [do verbo alertar] de sua presa, [do verbo apresar] disse Nuno Tristão que um ele ali trazia, que era servo do Infante, seu senhor, falasse com alguns daqueles cativos para ver se entendia sua linguagem; e que, se se entendessem, que aproveitaria muito para saber todo o estado e condições das gentes daquela terra. E bem é que falaram todos três, mas a linguagem em mui afastada uma das outras, pelo que se não puderam entender.

(...) Vós – disse ele -, Antão Gonçalves amigo, sabeis a vontade do Infante, nosso senhor, sobre a qual tem feitas muitas e mui grandes despesas, e até agora, de quinze anos a esta parte, nunca pode ser certo da gente desta terra, em que Lei nem em que senhorio vivem. E com quer que vós leveis já estas duas almas, porquanto ele alguma coisa poderá saber, não se tolhe por isso que não seja muito melhor se levarmos outros muito mais, porque, além da sabedoria que o senhor Infante por eles haverá, seguir-se-lhe-á proveito de sua serventia ou dendição. (...) E pois que dizeis que, segundo vossa tenção, não seriam mais de vinte homens de peleja, e os mais mulheres e moços, em

breve os poderemos filhar; [reproduzir filhos] e que não achamos aqueles, poderemos achar outros em que podemos fazer essa mesma presa, ou, por ventura, outra muito maior.

(...) — Senhor, bem sabe Vossa Mercê como haveis de haver o quinto destes mouros e de tudo o que ganhámos em aquela terra, onde por serviço de Deus e vosso, nos mandastes. E agora estes mouros, pelo grande tempo que há que andamos no mar, assim pelo nojo que deveria considerar que terão em seus corações, vendo-se fora da terra sua natureza, e postos em cativo, sem haveres algum conhecimento de qual será seu fim; depois a usança que não têm de andar em navios, por tudo isto vêm assaz mal corregidos e doentes. Pelo que me parece que será bem que de manhã os mandeis tirar das caravelas e lavrar àquele campo .que está além da porta da vila, e farão deles cinco partes, segundo costumes; e seja Vossa Mercê chegardes aí e escolherdes uma das partes, qual mais vou prover.

(...) O Infante era ali em cima de um poderoso cavalo, acompanhado de sua gente, repartindo suas mercês, como homem que de sua parte queria fazer pequeno tesouro, de quarenta e seis almas que couberam no seu quinto, mui breve fez delas sua partilha, porque toda a sua principal riqueza estava em sua vontade, considerando com grande prazer na salvação daquelas almas que antes era perdidas. E certamente que seus pensamentos não era em vão, porque (...) tanto que estes haviam conhecimento da linguagem, como pequeno movimento se tornavam cristãos. E eu, que esta história ajuntei em este volume, vi na vida de lagos moços e moças filhos e netos desses, nascidos em esta terra, tão bons e verdadeiros cristãos, como se descendessem, do começo, da Lei de Cristo, por gerações daqueles que primeiro foram batizados (...).(Cf. Zurara, Crônicas dos feitos da Guiné, Apud Tarracha Ferreira, [1993], pp. 134-138)

No cumprimento à Lei de Cristo, segundo mostra o trecho acima citado, está o *silêncio* do sentido do discurso que justifica e ao mesmo tempo revela o pioneirismo português na implementação da escravidão africana, e a maneira pela qual esta se transformou num ramo importante da sua hegemonia comercial, no decorrer dos séculos acima citados. Essa nova modalidade de força-de-trabalho na economia portuguesa, segundo os estudos de Ciro Flamarion Cardoso, tem início no século XV “(...) *no sul de Portugal e nas ilhas africanas do Atlântico, a escravidão de negros em associação com engenhos de açúcar.* (Cf. Cardoso, 1990, p. 79) Essa associação, ainda segundo Cardoso e vários outros historiadores que estudaram o referido assunto, é transportada para o Brasil a partir do século XVI, e perdurou por mais de trezentos anos como um dos principais fatores lucrativos da produção econômica, inicialmente da luso-brasileira e posteriormente a brasileira.

Portugal usou ainda a força-de-trabalho escrava tanto na metrópole, quanto nas suas colônias, na construção civil e nos trabalhos domésticos das nobres residências. No caso brasileiro, já a partir do início do século XVII, tem-se a sua inserção no setor da mineração. O conhecimento sobre a existência da mesma, data

da última década do século anterior. José de Alencar narra em seu romance *As Minas de Prata* (1957, pp. 65-71), que em 1590, um certo Robério Dias já era célebre possuidor do segredo das *Minas de Prata*. Nesse mesmo ano ou no início do seguinte, em missão pelo sertão com o governador-geral D. Francisco de Souza, morrera sem revelá-lo. E nestes ritmos de realizações, Portugal fortaleceu, dinamizou e liderou, entre os séculos XV ao XVII, os setores estratégicos da economia — mais no comercial do que no manufatureiro-industrial e também no da pequena produção agrícola, e em parte nos sociais e culturais —daquela Europa (mundo) em transmutação do feudalismo para o capitalismo mercantilista. Europa que

*(...) jaz, posta nos cotovelos:
De Oriente a Ocidente jaz, fitando,
E toldam-lhe românticos cabelos
Olhos negros, lembrando.*

*O cotovelo esquerdo é recuado;
O direito é um ângulo disposto.
Aquele diz Itália onde é pousado;
Este diz Inglaterra onde, afastado,
A mão sustenta, em que se apoia o rosto.*

*Fita, com olhar esfíngico e fatal,
O Ocidente, futuro do passado.*

O rosto com que fita Portuga., (Cf. Fernando Pessoa. 1996, p. 8)

Conjeturando um dia ser possível fazer vir à memória os mistérios futuros dos seus passados, toda a Europa Ocidental, incluindo nela Portugal, desde a gênese do Estado nacional moderno, cria *depósitos* especiais para *salvaguardar* os *fragmentos* da documentação que posteriormente vieram constituir as fontes testemunhos das suas memórias. Brum Torres (1989, pp. 176-219), considera como os primeiros sinais de demarcação histórica desse Estado moderno, o que ele chama de revoltas banais do século XIII, em particular, na Inglaterra, quando da constituição de um poder monárquico centralizado a partir do reinado de Henrique II (1087-1100). Não somente a partir daí, mas também em razão dessa centralização do poder,

começaram a se organizar os diversos *Arquivos*⁷ nacionais sob a proteção do Poder Público, e onde eram armazenados os documentos ainda de forma desordenada.

Sobre este aspecto particular, Fonseca e Jardim (1998, p. 376) afirmam que esses Arquivos “(...) *nascem associados à invenção do Estado Nacional*⁸ e à *necessidade de construção de uma memória nacional que desse suporte à nacionalidade como componente ideológico do Estado burguês nascente*. Ainda que a construção dessa memória tenha se iniciado no seio do regime feudal por toda a Idade Média — cujos feudos eram as unidades regionais que serviam de base para o estabelecimento da hierarquia do Estado e da Igreja católica (Costa Gomes, 1995) — mais três aspectos estritamente ligados às Cruzadas, especialmente na França de Luís VI (1124), são apontados por Touchard: o patriotismo, o municipalismo e a idéia de nação (Touchard, 1972, pp. 178-186).

As três categorias apontadas por Touchard vão servir de base para começar a reformular, no contexto do nascente Estado nacional, o conceito de região

⁷ Cf. HOLANDA FERREIRA. Op. cit. Verbetes: arquivo. Do grego. archeion, pelo latim. archiu ou archivum. *Conjunto de documentos manuscritos, gráficos, fotográficos, etc., recebidos ou produzidos oficialmente por uma entidade ou por seus funcionários, e destinados a permanecer sob a custódia dessa entidade ou funcionários. Lugar onde se recolhem e guardam esses documentos. Móvel, geralmente de metal e com gavetas, para guardar documentos.. Processo. Dados. Conjunto organizado de registros afins, geralmente organizados em um dispositivo físico, tais como disco magnético, fita magnética, cartão perfurado, etc. (ex.: arquivo de folha de pagamento — um registro para cada empregado, mostrando seu salário, nome, matrícula, deduções, etc.). Arquivo morto: o que já não é consultado, ou, raramente o é pelo órgão que o originou. Arquivo público: órgão que reúne, para conservação, consulta e divulgação, os documentos constitutivos de arquivos de entidades públicas e privadas. Arquivo vertical: aquele em cujas gavetas os documentos são colocados na posição vertical, em pastas ou envelopes etc.” Cf. LELLO UNIVERSAL. Verbetes Archivo ou arquivo, p. 161. Deriva-se do latim archivum. *Conjunto de antigos títulos, diplomas, manuscritos e outros documentos importantes que se referem a história d'um Estado, d'uma cidade, d'uma família, etc. Lugar onde se guardam documentos escriptos. Cartório, depósito. Figurativo: pessoa de grande memória: é um achivo de anedotas”. Para FONSECA e JARDIM, 1998, p. 377, “o uso da palavra arquivo para designar tanto um dado conjunto de documento quanto as instituições, órgãos e serviços responsáveis pelos mesmo, é demonstrativo da estreita relação entre o desenvolvimento da arquivística e o surgimento e evolução das instituições arquivísticas”.**

⁸ Brum Torres dá como início do Estado Moderno o estabelecimento do reinado de Henrique II da Inglaterra (1154), caracterizado pelo fortalecimento do poder real e pela transformação do vassalo em súdito, revoltas e a discussão da Carta Magna (1215). Ele diz que “(...) *Haverá certamente exagero nesta frase, mas não se pode negar que a Grande Carta foi o momento inicial da história constitucional da Inglaterra e talvez da história constitucional como tal, desde que entendemos por esta expressão o processo multissecular no curso do qual foram sendo gerados os instrumentos jurídico-institucionais de controle do poder político que viriam a caracterizar a democracia ocidental moderna*”. (Cf. TORRES, João Carlos Brum, 1989, p 195)

que já durante o Império Romano os mapas do Velho Mundo eram divididos por esta nomenclatura. E a própria origem latina da palavra região, mostra Costa Gomes, “(...) era o da denominação para designar áreas que, ainda que dispusessem de uma administração local estavam subordinadas às regras gerais e hegemônicas das magistraturas sediadas em Roma”... (Cf. Costa Gomes, 1995, p. 50) Diz ainda Costa Gomes, que (...) o surgimento do Estado moderno na Europa recolocou o problema destas unidades espaciais regionais”. (Idem, ibidem). A legitimidade do conceito de região pelo nascente Estado moderno tem um papel estratégico também na distribuição da organização da memória das classes hegemônicas de cada um dos Estados nacionais nascentes.

Desse modo, “(...) os depósitos de arquivos surgem, na Europa, entre os séculos XIII e XIV, associados a administrações locais e nacionais que emergem das práticas feudais,⁹ (Cf. Fonseca e Jardim, 1998, p. 377) tais como, por exemplo, as do direito comum inglês, cuja atribuição de verdadeiro fundador, segundo alguns historiadores, coube a Henrique II da Inglaterra. Explicando à maneira pela qual se organizou esse direito comum inglês, diz Brum Torres:

(...) A criação do direito comum debilitou o poder baronial, pois ela implica um esvaziamento das funções de prestação jurisdicional deste último, diminuindo-lhe, ipso facto, a expressão política. Correlatamente, cresce a importância da Cora em consequência da ampliação de seu campo de intervenção e se adensa a malha que a põe em contato permanente com a comunidade do reino a qual — em função desta onipresença régia que não cessa de passar por cima das decisões e hierarquias do mundo feudal — começa a consolidar sua identidade. Também sob este aspecto o processo de fortalecimento do poder real e de enfraquecimento das relações de ordem estritamente feudal não seguiram o caminho que levaria ao absolutismo, uma vez que a common law, longe de ser uma justiça da corte, impondo-se de cima para baixo, burocraticamente, às relações, eventos e aos sentimentos das comunidades do reino, associava a autoridade régia à participação comunitária, de modo que o fortalecimento da autoridade do rei no plano judiciário era simultaneamente a criação de um mecanismo de participação social e de modelagem, também a partir de baixo, de uma tradição e de uma consciência jurídica comum. (Cf. Brum Torres, 1989, p. 187)

⁹ Em nota de rodapé do texto de FONSECA e JARDIM, da página 377, os autores citam um trecho por eles traduzido de Michel Duchéin de (1992, p. 15, mas não se referem a qual obra) que diz: “O *trésor des chartes*, na França, tem seu primeiro arquivista, Pierre d’Etampes, em 1307. Os arquivos do reino de Aragão são criados em 1346. Praticamente todas as cidades italianas e flamengas organizam a organização e administração de seus arquivos dentro de suas instituições municipais. Depósitos de arquivos como estes são definidos como *loci publici in quibus instrumenta deponuntur*, i.e., ‘locais públicos onde documentos legais são guardados;’ ”.

Brum Torres afirma ainda que essas práticas sofreram inúmeras modificações durante o período referido tradicionalmente caracterizado como de transição — o mais adequado seria o de transmutação, segundo vem adotando-se nesta tese — do feudalismo ao capitalismo mercantil, mas só no final do século XV e início do XVI é que o Estado Nacional Moderno¹⁰ foi, de fato, estabelecido. Desse modo, essas espécies de depósitos considerados instituições já apresentavam um certo objetivo que era o de salvaguardar — mesmo que fosse às ocultas ou na escuridão dos seus labirintos — o máximo possível, essas fontes testemunhos sobre os *feitos e efeitos* praticados em especial pelas ascendentes Monarquias nacionais, sociedades cortesãs e pela nova e também ascendente nascente burguesia comercial européia.

Entre as primeiras instituições dessa natureza que surgiram na Europa, inclui-se o *Arquivo Nacional português da Torre do Tombo*,¹¹ fundado por D. Fernando, em 1375. No seu acervo *silenciam-se* os fragmentos da memória dos saberes ou dos sentidos destes, sobre os feitos e efeitos do passado transcendental de Portugal. No conjunto desses acervos documentais encontram-se além de alguns manuais, em particular sobre as ciências físicas e as matemáticas portuguesas no século XVIII — base para o conhecimento cosmológico do universo —, fragmentos sobre as representações visuais do *Universo em expansão*, ou seja, os mapas cartográficos. No campo da Física Experimental, como mostra um pequeno estudo de Rómulo de Carvalho (1982, 97p), na primeira metade do século XVIII, sobretudo no reinado de D. João V (1706-1750), Portugal demonstrou um avanço considerável

¹⁰ Segundo Francisco Falcon. “A formação dos Estados modernos europeus é historicamente indissociável do processo de afirmação progressiva das monarquias nacionais, o que coloca o ‘príncipe’ no ponto central desses dois processos (...) O Estado moderno, em sua forma monárquica e absolutista, constituiu praticamente o tipo dominante no mapa político dos séculos XVII/XVIII, inclusive na Península Ibérica.. (Cf. Falcon, op. cit. pp.33-34)

¹¹ Cf. LELLO UNIVERSAL. Verbete *tombo*, p. 161: “(...) primeiro foi instalado em uma das torres da cerca da muralha de Lisboa, que se chamou torre do tombo na data acima citada. Este arquivo sempre enriquecido, adquiriu celebridade em toda a Europa. No reinado de D. João III, por virtude do incêndio, foi transferido para a torre do castelo de S. Jorge. Pelo terremoto de 1755 foi destruído o edifício e, em 1757, passou para o convento de S. Bento. Encerra documentos de mais alto valor histórico, apesar dos muitos e valiosos documentos que dali foram roubados no tempo da usurpação dos Felipes e que hoje enriquecem a biblioteca espanhola do Escorial. Muitos e preciosos

graças aos trabalhos de alguns físicos membros da própria Companhia de Jesus, embora esta continuasse presa aos preceitos escolásticos advindos da doutrina do seu fundador no século XVI, o Santo Inácio de Loyola.

Rómulo de Carvalho (p. 65), comenta ainda uma matéria da *Gazeta de Lisboa, de 8/02/1720*, para demonstrar que assim como o Reverendo D. Francisco Floravantino intenta ensinar na língua italiana os conhecimentos de Cosmologia e Filosofia Experimental que se praticava na maior parte da Europa, “(...) *Quem quizer aprender qualquer destas faculdades, que não só são curiosas mas precisas,*” [...] “*irá à rua da Olyveira, em casa de Thadeu Luís Antônio*”. (Cf. Carvalho, 1982, p. 65) Assim, o século XVIII. Também Fernando de Azevedo em a *Cultura Brasileira* e mais uma infinidade de autores que escreveram sobre o ensino em Portugal e nas suas ex-colônias, mostram que com o conflito entre o Estado e a Companhia de Jesus durante o governo de D. José I (1750-1777) — que resultou na expulsão dos jesuítas pelo Marquês de Pombal —, provocou uma certa quebra no pensamento científico em Portugal e suas colônias.

No campo da cartografia e da cosmológica do Universo que Portugal foi hegemônico nos séculos XV e XVI, começou a entrar em crise já a partir do início do século XVII, em consequência dos motivos apresentados no último item do capítulo anterior. A concepção teórica de cosmologia, com destaque para a Natureza, que tinham os formadores de opinião, os chamados *sábios e/ou cientistas* portugueses dos séculos XVII e XVIII, ainda não superado de toda a concepção que predominou nos séculos anteriores. Enquanto nesses mesmos séculos alguns países europeus avançavam no campo da astronomia — construindo observatórios sofisticados e acumulando um volume de saber significativo para a época, como também já foi mostrados no capítulo anterior —, Portugal ainda se mantinha preso ao velho conceito escolástico de natureza, conforme mostra Bluteau, que foi também um importante formulador de opinião. Para Bluteau, o conceito de natureza tem

(...) varias significações, entendendo por ella o principio/ de todos os movimentos necessarios, e/ operações naturaes, e supponhão, que/ não obrava este principio com

documentos também roubados pelos franceses nunca foram recuperados.” Atualmente funciona em um prédio novo no Campus da Universidade de Lisboa, no qual o autor desta tese pesquisou”.

razão, e/ com liberdade, ou por Natureza entendimento/ a máquina do Universo, com a união, e/ disposição physica de todas as entida/des; outras vezes querião, que Natura/ fosse o mesmo que Deos, não admittin/do differença alguma entre a natureza, e o Author della, e desta opinião foi/ Plinio, como se vê logo no principio da/ sua Historia natural. Natura, as [?]. Fem. Cic./Natureza. Essencia, como quando se/ diz A natureza Divina, Angelica, e hu/manas. Neste sentido, por natureza se en/tendem todas as entidades creadas, e/ increadas, corporaes, e espirituaes. A/ natureza Divina no mysterio da Encar/nação, por incomprehensivel, e ineffa/vel modo se unio com a natureza huma/na. A natureza Angelica he a primeira/de todas as entidades creadas, e incor/poreas. A natureza humana he o mesmo/que todos os homens por junto, os quais/são todos compostos de corpo, e alma./ Natura Diviva, Angelica, Humana (...) Providencia Divina, Au /tora, e distribuidora das qualidades, e/ propriedades naturaes das creaturas. Na/tura, ac { }. Fem. Dà a natureza aos homens/ talento para imitar, e narrar as cousas/com graça. Fingit homines imitatores, ac/narratores facetos Natura. Cic teve da/ natureza admiravel talento para a eloguencia. (...) Instinto, virtude, qualida/de, e propriedade de qualquer creatu/ra. Declarei brevemente a natureza das/abelhas, e os varios instintos, que Deos/ lhes deo.Naturas expediam, quas Jupi/ter apibus addidit. Cic. O temperanmen/to do ceo, e a natureza da terra. Natu/ra cali, foli.Cic. Conhece a nature/za dos simplicis, as qualidades das her/vas. Herbarum vires, ou virtudes novit./ Neste proprio sentido usão Lucrecio, e/ Plinio de Natura. A situação, e natu/reza de hum lugar. Situs, atque natura/loci.Cic. Depois de haver reconhecido a /natureza do lugar. (...) Natureza, segundo os Medicos. He/ huma virtude que rege o corpo do ani/mal mediante o calor, e espirito natu/ral, e esta mesma virtude governa, e /conserva o corpo em todas as suas obras,/ e funções. (Na cura das enfermidades/ a natureza he a `q principalmente obra./ Recopi. de Cirurg. pág.II). Natureza. Casta, genero, fore. As/ virtudes conhecidas, quero dizer, a jus/tiça, e a temperança, e outras desta natureza. Virtutes, (...) estou com/pondo discursos oratorios, ou obras des/ta natureza. (...) Tambem com o dito Orador poderàs/ dizer no genitivo, Ejus generis. Com hũa/ guerra desta natureza se devem alentar,/ e acender os vossos animos. (...) Natureza, ou natural. A Patria, a Ter/ra, em que eu nasci. Tão natural lhe aos/homens desejar sempre de acabar em sua/ natureza, posto que seja tão fragosa, co/mo Ithaca, “Patria de Ulysses”Coro/graph. de Barreiros, 16”. Contra a ordem, ou estylo da natu/reza. Proeter [?] naturam. Causa que suc/cede contra a ordem da natureza. (Cf. Bluteau, 1712, pp. 685/686. Vol. 5).

Se pode observar no sentido do discurso de Bluteau que Natureza ou máquina do Universo, compreende o conjunto de tudo que existe, perceptível ou não pelo cérebro humano. Segundo ainda Bluteau, era inadmissível estabelecer diferença entre essa máquina do Universo e o seu autor, ou seja, Deus. E esta concepção foi por muito tempo hegemônica, embora não estática, como pode ser observado nos fragmentos das representações cartográficas que vêm a seguir. Segundo ainda essa definição, os fenômenos imperceptíveis da natureza, tais como a chuva, o frio, os eclipses do sol e da lua, as correntes marinhas etc., interferem diretamente no conjunto de todos aqueles que podem ser perceptíveis no planeta Terra, inclusive o ser humano.

Reafirmando o que foi dito anteriormente, tais concepções ainda eram as dominantes no período estudado, e por isso se tornou um dos pontos fundamentais no presente estudo, uma vez que está se tratando do processo de transmutação de saberes agrários no respectivo período. Da mesma forma, esse objeto interage com o conceito de expansão do Universo, ou seja, de uma expansão real motivada pelo desenvolvimento das forças produtivas em momentos historicamente determinados e cujo pioneirismo coube a Portugal, conforme foi apresentado nos capítulos anteriores.

Embora Portugal tenha resistido a mudança da concepção de saber sobre a natureza, na Holanda, Inglaterra, França ou mesmo Alemanha toma um novo rumo a partir do momento em que o modo de produção dominante passa a ser, de fato, o capitalista. Nesse momento surgem novas formas de construção do saber em diferentes ramos do conhecimento, em particular, no que se refere à Natureza e a maneira pela qual ela passa a ser apropriada como um bem em si, uma espécie de mercadoria invisível. Sobre este aspecto, Roberto José Moreira, em seu estudo sobre *Terra e natureza: um olhar sobre a apropriação privada da biodiversidade*, mostra como

(...) a sociologia do conhecimento, que lida como a questão da construção social da realidade, busca compreender o saber-fazer humano como um processo dinâmico e diacrônico de exteriorização, objetivação e interiorização. Neste processo, o social histórico conforma uma realidade objetivada nas instituições sociais e uma realidade subjetivada na psique individual e coletiva. Esta percepção sobre a realidade do mundo da cultura implica o reconhecimento de uma realidade polomorfa e mutante. O mundo da cultura torna-se uma magma de significações e a própria realidade torna-se relativa. (Cf. Moreira, 1999, p. 122)

Ainda sobre estes aspectos, Moreira continua apontando — não apenas de uma perspectiva puramente econômica, mas inserindo em sua análise as variáveis cultura e sociedade — a relação entre os conceitos de renda diferencial em Ricardo e Marx com os da renda da natureza, e a maneira pela qual no desenvolvimento das forças produtivas transmutou-se a apropriação do conhecimento da mesma. Diz esse autor, que

(...) em geral, tanto na tradição ricardiana quanto na marxista, fertilidade e localização são tomadas, a-historicamente, como atributos da natureza: como doação da natureza ao fazer humano, como dados exteriores ao fazer e à cultura humana. Esta concepção

aparece associada à compreensão da especificidade de mercadoria terra, como elemento básico da circulação/distribuição e não aos processos produtivos no campo. A noção de que a terra não é produto do trabalho humano, não sendo portanto reproduzível, vai ser o elemento básico para diferenciá-la dos produtos do capital, em Marx, e como elemento exterior à “produção de mercadorias por meio de mercadorias”, na perspectiva neo-ricardiana de Sraffa. (...) A noção de fertilidade como elemento social-histórico introduz as questões da produção social desse conhecimento, esteja ele associado a uma sociabilidade do trato cotidiano com as terras, próprio do saber camponês e das populações agrárias associado ao conhecimento científico e técnico institucionalizado, próprio das sociedades contemporâneas. (Cf. Moreira, 1999, pp. 125 a 127)

Embora o Estado monárquico português após as ocupações efetivas do arquipélago da Madeira e do Brasil tenha, *gananciosamente*, se apropriado da natureza, só vai se inserir nesse novo quadro mostrado por Moreira tardiamente. Nota-se, portanto, que aí se efetivou um outro estágio de transmutação do processo sócio-produtivo, uma vez que, tanto o conceito de apropriação do saber agrário quanto o da própria Natureza inserem-se nas novas teorias sobre adonação e/ou exploração da terra. No item a seguir mostrará como as concepções cosmológicas em vigência desde o final do século XV e por todo o século XVI, já manifestava por um lado sensíveis rupturas sobre a maneira de visualizar o universo e, por outro, quanto à concepção mística do mesmo, só veio de fato ocorrer muito posteriormente, ou seja, concomitante às mudanças sobre a concepção da Natureza acima referida.

7.1 América (Brasil): materialidade cosmológica pela produção do sentido do discurso cartográfico

(...) Sem uma planta, como visitar uma cidade? Eis-nos perdidos na montanha ou no mar, por vezes até na estrada, sem guia. Onde estamos? Que fazer? Sim, por onde passar para onde ir?

Compilação de mapas úteis para orientar as nossas deslocações, um atlas ajuda-nos a resolver o caminho graças a ele. (cf. Michel Serres, Atlas, 1997, p. 11)

Nos fragmentos dos mapas e cartas geográficas anunciados no item anterior e expostos no presente estão traçadas as configurações geométricas das navegações que transmutaram a cultura lusitana por muitas ilhas e continentes já conhecidos, e transmudar-se-ia ainda por muitos outros desconhecidos que a Portugal *teriam de se subjugar*. Trata-se, portanto, de uma análise concisa sobre a cartografia, por ser esta a ciência de compor cartas e mapas geográficos e a

cosmografia, considerada também como geometria descritiva e a sua relação com a concepção cosmológica universal da época. Integra ainda o seu universo teórico a astronomia, ciência que identifica a constituição, a posição e o movimento dos astros; e a astrologia, que também era considerada a área do conhecimento responsável pelo comportamento e pelo destino de todo ser humano e de todos os demais fenômenos da natureza.

Ressalta-se assim, que tanto o enunciado regedor, quanto a estrutura narrativa deste texto, não são meramente um exercício imaginário e nem tampouco se credita direitos autorais aos conjeturados interlocutores anunciados no segundo capítulo do estudo em apreço. O objetivo disso, e que já vem sendo exposto ao longo dos capítulos, é tentar ao menos refletir e analisar alguns dos seus *fragmentos* que ainda possam oferecer algumas condições essenciais à sua realização. Destarte, as citações extraídas de várias fontes testemunhos, em particular nas obras dos cronistas citados, incluindo entre eles os interlocutores conjeturados — são *verdades* sobre *verdades* segundo a perspectiva de quem descreve os fragmentos dos discursos da realidade no seu *passadio transcendental*. Por exemplo, a metáfora “(...) *a história em figura de mulher com cabeça virada para trás* usada por Bluteau” (Cf. Bluteau, op. cit. Verbetes história), pode ser interpretada como hipótese de uma verdade, na qual o presente que é posterior, portanto mais abrangente, é a síntese explicativa do passado, ou seja, das supras e infra-estruturas anteriores que são mais restritas. Neste sentido,

(...) a compreensão e a explicação de um fenômeno depende, portanto, da descoberta das relações e conexões que lhe são intrínsecas, que o formam e que inserem este fenômeno em uma totalidade, totalidade esta que acaba, também, por exterminá-lo e da qual não pode ser subtraído, sob pena de se perder a compreensão do movimento que constitui o fenômeno, e nesse caso, a compreensão do próprio fenômeno (Cf. Andery e Sérgio, 1994, p, 427)

Fica claro, então, que o *passadio transcendental* de D. Manuel aparece em quase a totalidade da literatura consultada, como o realizador superior aos seus antecessores. Da mesma maneira, foi possível observar no percurso da pesquisa que a cartografia produzida em sua época — a cartografia renascentista — é muito mais abrangente, tanto no campo teórico quanto na sua identidade visual, do que

aquela produzida anteriormente sob a influência da Antigüidade greco-romana.

Na cartografia da antigüidade o conceito de natureza, incluindo aí o de saberes agrários, por exemplo, aparece no sentido de um discurso fundado explicitamente nos preceitos da escolástica greco-latina, e estes interferem também na identidade estético-visual dos seus cartogramas. Quanto à cartografia renascentista é muito melhor elaborada tanto no que se trata da sua identidade estético-visual, quanto do seu discurso *fundador*. Esse tipo de discurso se prende ainda a alguns elementos do anterior, do discurso medieval, como por exemplo, o do mito bíblico, sobretudo no referente à sua ciência auxiliar, a astrologia. Uma síntese desse processo é apresentada por Law, com o seguinte argumento:

(...) Astrônomos medievais e astrólogos não apenas tinham uma teoria cosmológica. Também tinham à sua disposição uma série de instrumentos. Os mais importantes para os nossos propósitos foram o astrolábio planisférico e o quadrante. O primeiro, o qual tem sido descrito como um 'compêndio de instrumentos' (Cotter 1968:60, citando Gunther), poderia, em combinação com as Efemérides, ser usado de diversos modos. A maioria deles concernia em representar posições de corpos celestes em um dado momento de tempo. Assim, dado um tempo, era possível apresentar as posições do Sol e de estrelas selecionadas. Isto era importante, por exemplo, na modelagem de horóscopos. Por outro lado, dada uma estrela ou uma visão do Sol, era possível dizer o tempo. O mesmo também era válido para o quadrante, um outro instrumento especializado dos astrônomos e astrólogos, que tinha várias das mesmas qualidades. Contudo, em adição às suas propriedades como computadores analógicos, eles também eram construídos para permitir medidas da altitude de objetos (ou outros) astronômicos. No caso do astrolábio, que tinha a forma de um disco, este ficava suspenso por um anel. Um visor giratório chamado alidade era girado até que o objeto em observação estivesse simultaneamente visível através de dois círculos. Sua altitude era então determinada olhando-se para o ponto onde a alidade cruzava a escala inscrita em torno de sua circunferência. Esta era graduada de 0° (horizontal) a 90° (vertical). O quadrante, que tinha a forma semelhante a um quarto de círculo, era suspenso por sua aresta e girava em torno desta até que um dos raios ficasse alinhado com o objeto em observação. A altitude deste era medida por uma linha de chumbo que descia da aresta atravessando uma escala marcada ao longo da circunferência.

No início da era moderna acreditava-se amplamente que a Terra era, na verdade, uma esfera, e os marinheiros, usados para dizer o tempo através da observação da Estrela Polar e das estrelas à sua volta, estavam bem cientes de que estas desciam em direção ao horizonte no céu norte quando eles navegavam para o sul. Contudo, a astronomia Ptolemaica e os instrumentos associados com sua prática, eram obscuros para o leigo (Taylor 1956:158). Então, embora seja possível, em retrospecto, ver como a astronomia medieval poderia ter sido adaptada para resolver os problemas da navegação global, devemos acautelar-nos de assumir que este tipo de transferência fosse também fácil, obviamente, ou um período longo ainda por vir. Existe controvérsia sobre o momento exato quando isto ocorreu¹², mas já que isto não afeta diretamente o argumento que

¹² Nota de John Law. "(...) Contudo, como Cortesão (1966:59) insiste na idéia de que a navegação astronômica desenvolvida em Portugal no início do século XV parece-me ser de algum modo duvidosa. A sugestão de Taylor (1956:159) de que as embarcações portuguesas podem às vezes ter

estou tentando colocar, passarei por cima do disputado período dos anos 1460 e 1470 e, ao invés disso, discutirei o progresso que a maioria dos historiadores admitem que ocorreu nos anos de 1480.

Em 1484, o Rei John II reuniu uma pequena comissão e encarregou-a da tarefa de encontrar um método de navegação para além das águas europeias. A comissão pareceu ter tido pelo menos quatro membros. Havia o Médico Real, o Mestre Rodrigo. Havia Diego Ortiz, que tinha sido professor de Astrologia na Universidade de Salamanca antes de ser forçado a fugir, e que tornou-se, subsequentemente, em sucessão, o Bispo dos tangerianos, celtas e viseus. Era sabido que ele gostava de misturar ciência com política e que tinha boas ligações com astrónomos (Beaujouan 1966:74-6). Havia Martin Behaim, um geógrafo, originário de Nuremberg, que atualizou os mais recentes dados cartográficos portugueses para criar o globo magnífico, feito em 1492 e que leva o seu nome (Bagrow e Skelton 1964:106-7; e Tooley e Bricker 1976:152:3).¹³ E talvez mais importante, existia Abraham Zacuto de Salamanca (Chaunu 1979:257). Estes quatro homens, e provavelmente em particular Vizinho, foram responsáveis por um dos primeiros sucessos de se utilizar, na prática, as aplicações práticas do conhecimento científico: o Regimento do Astrolábio e do Quadrante. Existe uma cópia impressa, datada de 1509, e Taylor sugere não somente que existe uma edição impressa anterior, de 1495, mas também que cópias manuscritas poderiam ter sido preparadas na década de 80 por certos pilotos (Taylor 1956:162).¹⁴ Qualquer que seja a data exata, sua importância está além de questionamento pois ele não apenas preenche as expectativas do rei, mas também lança as bases da navegação astronômica moderna.

A nova navegação articulada em torno da determinação da latitude por meio da observação solar ou estelar proposta pela comissão,¹⁵ era um método particularmente apropriado para jornadas empreendidas principalmente na direção setentrional ou meridional, tipo aquelas realizadas pelos portugueses no Atlântico e, em alguma extensão, no Oceano Índico. Isto porque dependia da navegação norte ou sul até que as embarcações alcançassem a mesma latitude que a de seu destino. Assim, o mestre poderia dirigir a leste ou oeste conforme apropriado, no conhecimento exato de que poderia fazer uma aproximação de terra apropriada. (Cf. Law, John, 1986, apud Pereira, Maria de Nazaré Freitas e Gadelha, Paulo. Op. cit., em disquete, pp. 15 – 17)

Tem-se, portanto, uma primeira atualização e/ou inovação nesse campo

carregado astrónomos profissionais em meados do século, embora não ilógicas, também não estão provadas. Novamente, existe uma controvérsia histórica sobre a extensão do uso que os portugueses fizeram da navegação astronômica na década de 1460. Taylor (1956:159-60), sem, acho que deve ser dito, muito mais evidência, infere que foi este o caso. Ele está, contudo, de acordo com Waters (1958:47) e Cotter (1968:130) quando estes argumentam que medidas regulares da altitude foram feitas de pontos ao longo da costa africana — uma atividade que, enquanto dado necessário para navegação astronômica, apesar disso tem de ser distinta desta última. Contudo, mesmo isto está aberto à disputa. Ver a visão cética de Beaujouan 1966:71, Beaujouan e Poulle 1957:144 e Chaunu 1979:255.

¹³ Nota de John Law. Têm-se argumentado que ele foi a primeira pessoa a sugerir que o astrolábio poderia ser utilizado na navegação, embora outros aleguem, o que na visão da maioria é improvável, que o astrolábio foi utilizado com esse fim por pilotos maioricanos no fim do século XIII. Ver Cotter 1968:22;62.

¹⁴ Idem. Mais uma vez há um dissenso. Chaunu (1979:258) toma a posição de que o Regimento é posterior às datas das grandes viagens de descobrimento. Contudo, Beaujouan (1966:73) e Diffie e Winius (1977:140-1) concordam com Taylor.

¹⁵ Idem. Determinar a longitude era um problema muito mais difícil que não obteve solução satisfatória até o desenvolvimento de cronômetros portáteis acurados no século XVIII.

do saber, dando assim os primeiros passos para pôr-se a caminho de novos conhecimentos, em especial o da física, o da geometria, o da mecânica celeste etc., (Copérnico, Galileu e outros) entre o fim no século XV e o início do XVI. Foi mostrado de forma concisa no capítulo II que simultaneamente, por um lado supera e por outro transmuta-se essa concepção cosmológica que vinha desde a Antigüidade — e que



Figura 123. Mapa-mundi de Waldseemüller, de 1507¹⁶

Mesmo assim, idéias de Ptolomeu continuavam sendo dominantes e foram reproduzidas consubstancialmente por Martim Waldseemüller, em 1507, no seu *Mapamundi Universalis Csmographia Secundum Ptolomeu Traditionem et Ameci Vespucci Aliomunque illustrationis*. Neste mapa, segundo mostra também o historiador Luciano Pereira da Silva (apud Malheiro Dias, op. cit, p. 46), aparece pela primeira vez o nome de América. Na parte



¹⁶ Figura 123 Mapamundi Universalis de Martim Waldseemüller. In: Moraes Belluzzo, op. cit, p. 70. (Prof. Fischeer und Prof. Wieser, Die älteste Kart mit dem Namen Amerika aus dem Jahre 1507...des M. Waldseemüller, Innsbruck, 1900, mapa nº 3). (Cf. Luciano Pereira da Silva, apud Malheiro Dias, op. cit., p. 46).

superior observa-se o retrato de Cláudio Ptolomeu segurando um quadrante e mais um outro personagem que se supõe ser Américo Vespúcio. Figura 124. Terra Papagalli¹⁷

Num outro mapa de Waldseemüller, de 1516, o Brasil aparece no planisfério intitulado Carta Marina navigattoria Portugllen, sob o título de BRASILIA SIVE TERRA PAPAGALLI, conforme mostra a figura acima. Antes deste mapa, o primeiro que apresentou os contornos das costas brasileira foi o planisfério del Cantino, publicado em 1502.

Este planisfério é um

(...) manuscrito iluminado [de 105 X 220 cm] e que traz o território assinalado pela presença de pássaros vermelhos semelhantes às araras, datado de 1502, pouco após a descoberta oficial da Terra de Santa Cruz, por Cabral, quando cartas náuticas eram segredos de Estado, subtraídos por meio de cópias piratas. Tem-se notícia de que Alberto Cantino teria sido agente secreto italiano, que em 1502, levou segredos da cartografia portuguesa para a Itália. (Cf. Moraes Belluzzo, 1994, p. 6

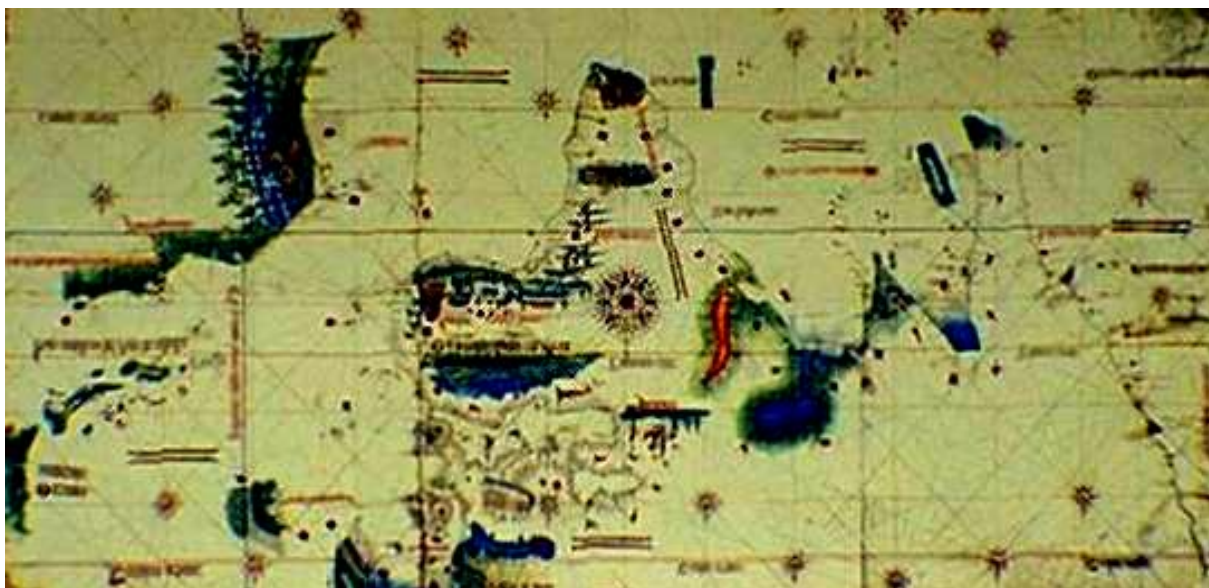


Figura 125. Planisfério del Cantino¹⁸

Ele é considerado também pelo historiador português, Armando Cortesão, como o primeiro mapa-múndi que apresenta os contornos da costa

¹⁷ Figura 124. BRASILIA SIVE TERRA PAPAGALLI. In: Adonia, op. cit. p. 55

¹⁸ FIGURA 125. Planisfério del Cantino. Anônimo. Carta del Cantino, 1502. Cf. Moraes Belluzzo, 1984, p. 67. Este documento se encontra guardado, segundo Moraes Belluzzo, na Biblioteca Estense e

brasileira. A presença de pássaros vermelhos semelhantes as araras que aparece na sua parte inferior à esquerda, apresenta os motivos que identificam o Novo Mundo, América ou Terra dos Papagaios. Esta carta, explica Moraes Belluzzo,

(...) foi feita pouco após a descoberta oficial da Terra de Santa Cruz, por Cabral, quando cartas náuticas eram segredos de Estado e subtraídas por meio de cópias piratas. Tem-se notícia de que Alberto Cantino teria sido agente secreto italiano que em 1502, levou segredos da cartografia portuguesa para a Itália. (Cf. Moraes Belluzzo, 1994, p. 66

Essas araras foram descritas também por André Thevet (1555-1560) como sendo aves que vivem no Brasil e todas elas são diferentes, porque, diz Thevet,

(...) Ali também existem inúmeros pássaros de diversas espécies e plumagens. Alguns são vermelhos como escarlata fina; outros são brancos, plúmbeos ou manchados como os esmerilhões. Destas plumas os indígenas fazem penachos de vários tipos, usando-os como ornamento quando saem em missão de guerra ou na cerimônia da execução dos prisioneiros. Também fazem com eles mantos e cocares à moda local. Quem quiser poderá ver um desses mantos, pois fiz presente de um deles ao Senhor de Troistieux, fidalgo da casa do Reverendíssimo Monsenhor Cardeal de Sens, Guarda dos Selos de França, grande apreciador de todas as singularidades e admirador das pessoas virtuosas. Entre as inúmeras aves que aí vivem, todas tão diferentes das nossas do hemisfério norte, uma, que na língua dos nativos é chamada de ará, é tão grande quanto uma garça-real, mas tem plumagem vermelha como sangue-de-drago.²⁰ (Cf. Thevet, 1978, p. 90).

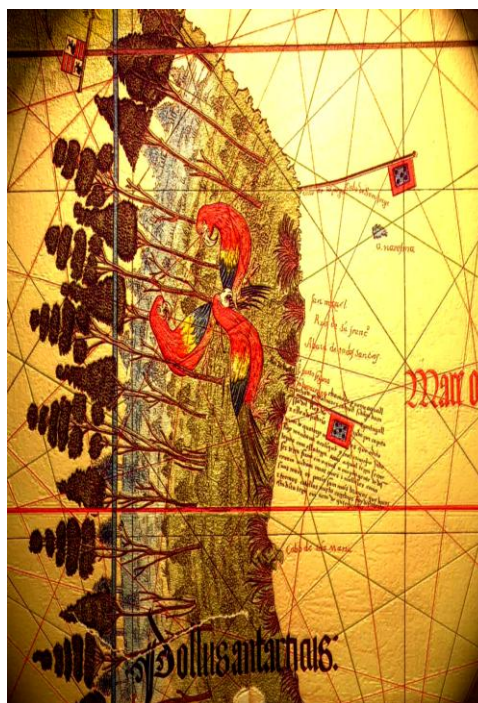


Figura 126. Araras del Cantino¹⁹

Este planisfério anônimo serviria, aliás, de modelo a várias cartas desenhadas na Europa na primeira metade do século XVI. Deste modo, o mapa acima é a primeira representação cartográfica do mundo quinhentista, no qual

Universitaria, em Modena, Itália. (Cf. Moraes Belluzzo, 1994, 66). Fotografia de César Augusto Pinto Cruz. E Luci Meri G. da Silva Em máquina fotográfica digital EPSON PC, 600 dpi.

¹⁹ Figura 126. Araras do planisfério del Cantino . In: Malheiro Dias, op. cit. Anexo.

²⁰ Cf. HOLANDA FERREIRA, Aurélio Buarque de. Op. cit. Verbete: sangue-de-drago. No Brasil significa: *Arvoreta da família das euforbiáceas (Croton urucurana), cujo tronco, ferido, deixa escorrer*

aparece, pela primeira vez, segundo a afirmação do referido autor, os contornos do recém-descoberto continente americano ou Mundo Novo.

Ainda falando um pouco sobre o mapa de Cantino, afirma Armando Cortesão que este é o primeiro mapa-múndi visualizando, à esquerda, alguns contornos da costa brasileira e tem no canto inferior esquerdo a seguinte descrição:

(...) Carta de navegar per le Isole nouamen.^{te} in la parte de l'India. Domio Alberto Cantino Al Duca Hercula (...) O Duque de Ferrara, Hercules d'Este, justamente alarmado com as notícias cada dia chegadas sobre os descobrimentos portugueses que, pelas novas facilidades de comunicação dadas ao mercado do Oriente, mostravam uma perspectiva da renda do comércio italiano das especiarias, feito por intermédio dos mulçumanos, enviou para Lisboa seu agente secreto, Alberto Cantino, que conhecia Portugal por anteriormente ter estado em negócio de mulas e cavalos (Cf. Cortesão, 1935, pp. 142-143)

E a cartografia portuguesa foi um instrumento fundamental para o desenvolvimento e manutenção de Portugal na hegemonia comercial e das navegações, visto que este era o principal ramo da sua economia. Segundo diz Moraes Belluzzo, a cartografia se situava

(...) no sistema figurativo emergente na época das grandes descobertas, a representação de lugares ocupa papel central. Na perspectiva daqueles que se aventuravam pelo mar a caminho de outras terras, a cartografia foi instrumento de orientação do espaço. Os mapas, ao firmar acordos sobre a repartição das terras, também se impõem como pensamento político. Comportavam, ainda, o decoro figurativo, conveniente à exibição mais elegante e harmoniosa dos domínios duramente conquistados. Pela ótica humanista dos literatos e ilustradores, as imagens de lugares serão construídas através de figuras humanas, que contêm informações sobre determinados aspectos de dada civilização. (Cf. Moraes Belluzzo, op. cit. p. 73)

Mas na época em que foi produzido o referido mapa, outras concepções vão ser melhor disseminadas entre a *pequena comunidade de eruditos e membros das Cortes europeias*, muito depois do astrônomo Nicolau Copérnico (1473-1543) tentar provar a teoria dos dois movimentos do planeta Terra em torno do sol. Sobre essa teoria, que na realidade foi elaborada para refutar a teoria de Ptolomeu, afirmava ele no Prefácio da sua obra (*De revolutionibus*, pp. 3-4) que “(...) *embora minha teoria dos movimentos da Terra pudesse a princípio parecer estranha, ainda assim se afiguraria admirável e aceitável, quando a publicação de meus comentários elucidativos desfizesse a névoa do paradoxo* (Cf. Copérnico apud Lovell, 1983, p.

uma excreção viscosa, pegajosa, de forte coloração vermelha. As folhas, largas, são acuminadas e membranáceas, e as pequenas e alvas flores inserem-se em cachos.

55).

Não se deve deixar de considerar também, que a reforma do calendário juliano, feita entre 1572 a 1585, por Gregório XIII (1502-1585),²¹ ao alterar as contagens dos dias, meses e anos contribuiu para levar a efeito as mudanças na forma e no conteúdo dos saberes da época. Esse calendário, ao incluir em cada quatro anos um ano bissexto, cujo milésimo é divisível por 4, e mantendo a lógica anterior dos anos seculares que não são divisíveis por 4, certamente produziu mudanças no conjunto dos saberes humanos, em particular nos agrárias, os quais, por muitos séculos foram pautados segundo a tradição clássica do cultivo das terras e das atividades pastoris, definidas no calendário anterior. No entanto, quanto aos conceitos teóricos de cosmologia não foram imediatamente superados, pois, de modo geral, o Universo continuou sendo concebido até o século XVII pelas palavras do Gênesis: *no princípio Deus criou os céus e a terra*.

No que se refere à atividade econômica da parte do seu território ibérico, Portugal não dispunha de uma estrutura produtiva suficiente para se tornar uma nação competitiva, como terminou sendo por alguns séculos. Ainda no século XVII, esta preocupação aparecia no *Livro de Notícias de Portugal*, de Manuel Severim de Faria (1624)²², que reclamava sobre a falta de pão, de gente e de outros produtos no país, e apontava como sendo as principais causas desta situação os aspectos que serão transcritos a seguir:

(...) a) *Em Alentejo se pode prover com que haja mais pão se se mandar pôr lei, que nenhum lavrador possa lavar mais de uma só herdade, porque de um lavrador lavar mais muitas juntas sucedem muitas vezes as esterilidades que há nesta região, sendo assi que se for bem cultivada por sua grandeza pudera ela só prover a todo Portugal.*

²¹ Cf. HOLANDA FERREIRA, Aurélio Buarque de. Op. cit. verbete juliano. "(...) O calendário juliano, ou romano foi instituído por Júlio César (102?-44 a.C.) no ano de 45 a.C., no qual, em cada quatro anos há um ano bissexto de 366 dias), feita por Gregório XIII (1502-1585), que fora papa no período de 1572 a 1585 no qual reformou o calendário anterior acrescentando a seguinte redação: "em cada quatro anos, há um ano bissexto, com exceção dos anos seculares (1), em que o número formado pelos algarismos das centenas e dos milhares não é divisível por 4". (1) Na escolástica, esta palavra tem o significado natural de século (100 anos), mas também de profano, leigo, temporal para diferenciar aqueles que pertencem à vida civil, dos que pertencem à vida ou à ordens religiosas.

²² Cf. LELLO UNIVERSAL. Verbetes Faria. Manuel Severim de Faria (1583-1655). Erudito historiador português, nascido em Lisboa, autor de Discurso vários políticos. *Notícias de Portugal*, de que há várias edições.

...por onde, atribuindo já a Catam²³ a esterilidade da Itália, disse por ela, segundo refere Plutarco, “latifundia Italiam perdidere” – que é o mesmo que: por as herdades serem grandes se deitou²⁴ a perder a Itália. E Virgílio aludindo a isso, diz que “se lavrem as herdades pequenas”, e os jurisperitos que “partindo-se²⁵ as herdades se fazem mas férteis”. “Per divisiones ager redditur fertilior”. b) “...as causas porque neste Reino falta a gente do povo e da nobreza – que parece são as seguintes: A primeira causa da falta de gente do povo que se padece neste Reino são as nossas conquistas: porque estas ainda que foram de grande utilidade, assim para a propagação do Evangelho como para o comércio do mundo, todavia defraudam muito este Reino de gente que lhe era necessária. ...A Segunda causa, porque falta a gente deste Reino é por não terem ofícios com que ganham de comer por sua indústria, que é o meio de Deus deu para a sustentação de cada um. ...A terceira causa porque falta a gente popular é por não terem neste Reino terras que cultivem e de que possam tirar sua sustentação; porque a província de Entre-Douro-e-Minho, e as mais até o Tejo, estão bastante povoadas, e não há nelas lugar para se fundarem novos povos, que possam cultivar a gente que cresce; e Alentejo, que pudera socorrer a esta falta (porque é quase tão espaçoso como o resto do Reino) como está todo dividido em herdades, e as mais delas muito grandes, nem se povoa, nem se cultiva... Estas três são as causas da falta de gente popular neste Reino; mas as da falta de gente nobre se podem reduzir a duas. A primeira é a união de muitos morgados²⁶ numa pessoa;... A Segunda é a grandeza a que tem chegado os dotes da mulheres nobres...²⁷ (Cf. Faria, 1624, apud Castro, 1978b, p. 136)

Depois da restauração de Portugal, em 1640, a sua crise econômica e política fora tema de discussão e críticas entre alguns dos seus intelectuais mais

²³ Cf. LELLO UNIVERSAL. Verbete Catão. (Marco Pórcio, cognominado o Antigo ou o censor), romano célebre pela austeridade dos seus princípios. n. em Tuscu,alum (222-147 a. J. C.). Eloqüente, sóbrio, infatigável, foi censor em 1184 e envidou todos os esforços para reprimir o luxo que estava corrompendo Roma, Árbitro em no conflicto entre Masinissa e Cartago, escandalizou-o a que esta cidade readquirira e, logo que regressou a Roma, não deixou de apontar o perigo que d’ella poderia advir à República, rematando todos os seus discursos no Senado, com as famosas palavras: *Ceterum censeo Cartaginem esse delendam, e também penso que se deve destrui Carthagrafo. Luctou sem descanso contra a invasão da literatura e dos costumes helênicos e fez expulsar de Roma o filósofo Carneades (1). O nome de Catão tornou-se synónimo de homem autero, muito sensato ou que affecta sél-o. Catão escreveu um livro sobre as Origens de Roma, que se perdeu, e um tratado sobre a Agricultura (De re rustica) muito curioso e instuctivo*. [Como saber se era instrutivo se não se conhece texto que se perdeu?]. (1) Philopho grego (219-120 a. J.C.). Enviado como Embaixador de Roma em 156., foi o chefe da Nova Academia e o fundador do probabilismo, que afirma que a certeza é inalcançável, sendo a verdade absoluta impossível de ser atingida. Segundo Carneade, nem a representação nem a razão podem fornecer-nos um critério de certeza; o sábio deverá, portanto, limitar-se a aprovar a representação que considerar de maior verossimilhança.

²⁴ No sentido de se estender, deixar cair etc.

²⁵ Dividir em pequenas propriedades.

²⁶ Cf. HONANDA FERRERA, Aurélio Buarque de. Verbete: morgado. *Filho primogênito ou herdeiro de possuidor de bens vinculados. Filho mais velho, ou filho único. Propriedade vinculada ou conjunto de bens vinculados que não se podiam alienar ou dividir, e que em geral, por morte do possuidor, passava para o filho mais velho. O possuidor desses bens. Coisa muito rendosa. Os demais dicionários da Língua Portuguesa consultados, trazem a mesma definição.*

²⁷ Este trecho foi transcrito do livro *Doutrinas económicas em Portugal (séc. XVI a XVIII)* de Armando de castro, que por sua vez transcreveu o item “a” do livro *A estrutura da antiga sociedade Portuguesa de Vitoriana Magalhães Gordinho*, pp. 206-208, e o item “b” do livro *Antologia* de Antônio Sérgio, que cita as pp 187-8; 190-193. A referência completa está na bibliografia desta tese.

representativos. Como alternativas a estas crises tem-se, por exemplo, a proposta do diplomata português residente em Paris — Duarte Ribeiro de Macedo — que escreveu além de um relatório sobre a importância do governo do seu país se voltar para a exploração de 37 produtos básicos da flora brasileira,²⁸ escreveu um *Discurso sobre a Introdução das artes em Portugal*²⁹. Neste, o autor ressalta a questão da crise portuguesa e mostrando a prova evidente sobre a mesma é que

(...) as fazendas lavradas³⁰ que os estrangeiros metem no Reino são as que unicamente fazem o preço do que tiram do Reino, como temos provado; pela introdução das artes se evita a introdução das fazendas que os estrangeiros metem nestes Reinos; logo, não excederá o preço das fazendas que entram no Reino ao preço das que saíam, e mesmo com que pagar as fazendas e drogas que entrarem, uma que seja necessário pagá-las a dinheiro (Cf. Macedo, Capítulo VI, p. 271, apud Castro, op. cit. pp. 139-137)

No capítulo I, da segunda parte do seu *Discurso (Das grandes utilidades que se seguirão ao Reino da introdução das artes)*, o referido apresenta as seguintes sugestões:

- (...) 1.º Que a introdução das artes evitará em comum o dano que fazem ao Reino o luxo e as moedas;*
2.º Que tirará a necessidade do Reino;
3.º Que o fará mais povoado e abundante de gente e frutos, e poderá, sem que lhe faça falta, Ter gente para as colónias e para a guerra;
4.º Que a Portugal, mais que a outra qualquer nação da Europa, é útil e necessária a introdução das artes;
5.º Que as rendas reais se aumentarão. (Macedo, pp. 289-290, apud Castro, op. cit. p. 137)

Também o padre Antônio Vieira, de maneira crítica ao estágio em que se encontrava a crise econômica de Portugal naquela época, vai fazer propostas a D. João IV, e justificá-las da seguinte maneira:

(...) Verdadeiramente é dificultosíssima de entender a razão de estado de Portugal, porque, sendo um reino fundado todo no comércio, lança os seus mercadores para os reinos estranhos e aos estranhos os admite dentro de si mesmo, para que o interesse da negociação e comércio venha a ser todo dos estranhos, e não seu. (Cf. Vieira, 1643, Obras escolhidas, vol. IV, [1951], p. 20, apud Castro, op. cit. p. 137)

²⁸ Este documento será comentado no capítulo IX deste estudo.

²⁹ Em todo o seu discurso, o autor se referia às *artes mecânicas*, a necessidade de Portugal se industrializar.

³⁰ O referido autor está se referindo a tecidos, supostamente, os de sedas do Oriente que eram comercializados em Portugal por judeus convertidos em Cristãos novos.

Quanto às razões apresentadas, o dito padre procura justificar com o seu espírito crítico natural, que em razão da navegação e comércio “(...) *creceu o Reino à opulência e felicidade que lograram os tempos do Sr. Rei D. Manuel e seus primeiros sucessores; e só com estes dois instrumentos se considera poder bastar a estreiteza de Portugal aos grandes gastos da guerra presente e aos maiores da futura, que se pode duvidar* (Cf. Vieira, op. cit., p. 63, apud Castro, op. cit., p. 137) No discurso de Vieira transparece que a crise de Portugal tem uma questão básica — cujas raízes estão na forma pela qual se constituiu a economia do país, em particular no final do século XV e nas primeiras décadas do XVI — que é a forte presença de *estrangeiros*, em sua maioria judeus convertidos ao catolicismo para se livrarem da Inquisição. Argumenta Vieira, que

(...) de sorte que se o compreendido em o crime de heresia ou de outro deste gênero, não for marcador, ser-lhe-ão confiscados todos os seus bens móveis e de raiz; mas se for mercador confiscar-lhe-ão somente os bens de raiz, e os móveis ficarão livres em favor do comércio. (Vieira, op. cit., p. 65) (...) e o remédio temido ou chamado perigoso, são duas companhias mercantis, Oriental uma e outra Ocidental, cujas frotas poderosamente armadas tragam seguras contra Holanda as drogas da Índia e do Brasil. E Portugal com as mesmas drogas tenha todos os anos os cabedais necessários para sustentar a guerra interior de Castela que não pode deixar de durar alguns ... (Cf. Vieira, 1644, p. 75. Sermão de S. Roque, pregado em 21 de agosto de 1644, apud Castro, 1978b, pp. 137 - 138)

Diante dos acontecimentos da constituição política e econômica da nação portuguesa e da sua liderança e hegemonia no nascente capitalismo comercial, a maioria absoluta dos seus intelectuais e escritores consideram que isto aconteceu em razão da sua vocação natural pelo mar, cujo início, vem dos primórdios da sua formação, conforme explica Martins:

(...) Pioneiro, com a Espanha, dos Descobrimentos marítimos, Portugal é, segundo julgo, um dos dois países europeus que, antes de ser culto e letrado, foi camponês, viajante e marinheiro. Nos textos que ilustram a sua vocação própria, o mar foi o caminho invariável da sua história. Nos textos literários que os portugueses, polidos pelo Humanismo renascentista europeu, escreveram então o mesmo mais tarde, respira-se ainda o perfume delicado de flores campestres e o odor acre das fortes marés atlânticas. (Cf. Martins, 1998, p.189)

A bem da verdade, esses aspectos conduziram ainda Portugal ao desenvolvimento de novas concepções, hoje classificadas de avanços e inovações técnico-científicas no campo da cartografia, a partir do século XV e durante todo o

século XVI, cujo exemplo máximo já foi concisamente apresentado no capítulo 5, item 5.1.1.1 desta tese e que se refere ao complexo de Sagres. Mas cabe ressaltar que o desenvolvimento da cartografia nos séculos XV e XVI, especialmente neste último não se limitou, exclusivamente, à cartografia portuguesa. Além desta, deve-se considerar ainda a de outros países em que há muito vinha se desenvolvendo, tais como Espanha, Itália e Holanda, por exemplo. Mesmo assim, a cartografia portuguesa continuou por todo esses séculos dando significativas contribuições para enriquecer o universo das representações sobre as novas concepções cartográficas como fenômenos de materialidade das concepções cosmológicas.

E com base ainda nesse conceito tradicional de cosmologia que o missionário francês frei André Thevet, o soldado alemão Hans Staden, o calvinista francês Jean de Léry e muitos outros que estiveram no Brasil a partir da década de 1550, procuraram explicar os vários aspectos referentes a Terra e as coisas do Brasil. Em especial, sobre o conceito de Natureza, pois a partir deste poderia ser explicado todas as coisas existentes no mundo material de então. Em relação ao mesmo, quem faz uma apreciação mais profunda, entre todos aqueles que escreveram sobre o Brasil da época, foi o frei André Thevet, cujos fundamentos teóricos iniciais foram buscados na *História Natural*, de Plínio o Antigo,³¹ que concebia

(...) O mundo (mundum), ou aquilo a que se convencionou designar por um outro nome, o céu (coelum), que abarca tudo nos seus recônditos, deve ser considerado uma divindade eterna, imensa, sem começo e sem fim. Investigar o que se encontra fora não tem interesse para o homem e está acima das conjecturas do seu espírito. O mundo é sagrado (...) ele próprio é o todo, é simultaneamente a obra da natureza e a própria natureza. (...) O mundo tem a forma de um globo perfeito (II, 2) animado de um movimento eterno e sem repouso para executar a sua rotação em vinte e quatro horas (II, 3). O interior desta esfera encerra os quatros elementos que compõem todas as coisas. O fogo ocupa a região superior; daí tantas estrelas que brilham como outros tantos olhos do alto do céu. Abaixo vem o ar, que tem o mesmo nome na nossa língua e na dos

³¹ Cf. LELLO UNIVERSAL. Verbetes Plínio o Antigo (Caio Plínio segundo) *naturalista romano, n. em Como e 23 [da era cristã]; autor de uma preciosa História Natural em 27 livros, espécie de Enciclopedia para a história da ciência na antigüidade. Também se distinguiu no fóro. Comandante da frota de Misena [Itália, perto de Nápolis], tinha ido a Stabia para salvar os habitantes ameaçados pela erupção do Vesúvio, que sepultou em cinzas e lava Herculano e Pompéia, e também para observar de perto os phenomenos vulcânicos, mas os vapores deletérios do vulcão asphyxiaram-no. [Stabia, cidade da antiga Campânia, vizinha de Pompéia, destruída em 79 d.C, pela erupção do Vesúvio. Foi perto d'esta cidade que morreu Plínio, o velho no ano de 79 da era cristã.]*

Gregos; é o sopro da vida, penetra através de todas as coisas, não há nada onde não se insinue. Pela força do ar, a terra, com a água, quarto elemento, está suspensa em equilíbrio no meio do espaço (II, 4). É o amplexo (complexus) destes elementos que organiza o todo: os graves impedem as substâncias leves que tendem a subir. A esfera que “encerra” o mundo abriga este todo a manter-se no fundo e no meio de todo; é o eixo (cardo) do mundo, mantendo em equilíbrio o que a mantém em suspenso. Desta forma, só ela está imóvel, enquanto tudo se move em redor dela. (Cf. Lenoble, [1990], p. 122)

De certa maneira essa era a concepção cosmológica que predominava na época, sobretudo no âmbito da Escolástica prega a redenção da alma e da natureza creofágica (hábitos de se alimentar com carnes), por ser essa capaz de devorar a carne e transformá-la apenas em vermes, preceitos que foram oferecidos por Jesus Cristo aos pecadores da Terra. Num primeiro momento o frei André Thevet difunde o discurso fundador e genuíno da Cosmologia Universal da Escolástica. A esse discurso, adiciona alguns ingredientes da Cosmologia dos indígenas brasileiros, como a ilustração ao lado, cujos fundamentos teóricos preliminares já estão esboçados em *As Singularidades da França Antártica*. No contexto dessa filosofia, justifica a necessidade de mudar qualquer outra cultura que não fosse a católica, sendo a arma ideal para isso a palavra e a ação da evangelização (catequese), como será apresentado no próximo capítulo desta tese.



Figura 127. Kunambera³²

Opondo-se criticamente a tal concepção cosmológica, e apresentando uma outra aparentemente mais realista, porém dentro dos mesmos preceitos divinatórios, se posiciona o calvinista do Jean de Léry. Esse, ao aderir a filosofia de Lutero, foge com outros adeptos da França para Genebra e daí para o Brasil. Alguns historiadores supõem que tal fuga tivesse a intenção de fundar aqui um reduto calvinista. Ávido ao tomar os primeiros contatos com os habitantes da terra, Léry além de inventar a criatura do bom selvagem, simultaneamente faz uma crítica à

concepção católica de padres e demais cronistas europeus que já tinham escrito sobre a Cosmologia Universal, e em particular, em defesa dos índios brasileiros. Léry narra os mínimos detalhes sobre a topografia, o clima, os cursos d'águas, os insetos, as mais diferentes espécies de plantas comestíveis, e, principalmente a respeito do índio brasileiro, que tinha *boas* relações com os franceses (sic). Em relação a esses aspectos, Léry narra uma conversa mantida com um velho índio — aparentemente sem intérprete — acerca de vários assuntos. Assim diz o autor:

Os nossos tupinambás muito se admiram dos franceses e outros estrangeiros se darem ao trabalho de ir buscar o seu arbutan. Uma vez um velho perguntou-me: Por que vindes vós outros, medre e perôs (franceses e portugueses) buscar lenha de tão longe para vos aquecer? Não tendes madeira em vossa terra? Respondi que tínhamos muita mas não daquela qualidade, e que não a queimávamos, como file o supunha, mas dela extraíamos tinta para tingir, tal qual o faziam eles com os seus cordões de algodão e suas

retruco o velho imediatamente: e porventura precisais de muito? — Sim, respondi-lhe, pois no nosso país existem negociantes que possuem mais panos, facas, tesouras, espelhos e outras mercadorias do que podeis imaginar e um só deles compra todo o pau-brasil com que muitos navios voltam carregados.—Ah! retrucou o selvagem, tu me contas maravilhas, acrescentando depois de bem compreender o que eu lhe dissera: Mas esse homem tão rico de que me falas não morre?—Sim, disse eu, morre como os outros.

Mas os selvagens são grandes discursadores e costumam ir em qualquer assunto até o fim, por isso perguntou-me de novo: e quando morrem para quem fica o que deixem?—Para seus filhos se os têm, respondi; na falta destes para os irmãos ou parentes mais próximos.—Na verdade, continuou o velho, que, como vereis, não era nenhum tolo, agora vejo que vós outros magra sois grandes loucos, pois atravessais

o mar e sofreis grandes incômodos, como dizeis quando aqui chegais, e trabalhais tanto para amontoar riquezas para vossos filhos ou para aqueles que vos sobrevivem! Não será a terra que vos nutriu suficiente para alimentá-los também? Temos pais, mães e filhos a quem amamos; mas estamos certos de que depois da nossa morte a terra que nos nutriu também os nutrirá, por isso descansamos sem maiores cuidados". (...) Barbados, delicados e mimosos, recearam que eles lhes corrompessem os antigos costumes: não queriam por isso receber essa gente a que chamavam espuma do mar,



Figura 128. Árvore Paqoeure³³

³² Figura 127. Kunambéra, segundo a “Cosmographie Universalle de Thevet. In: Gandavo, 1980, p. 53.

³³ Figura 131. Árvore Paqoeure. In: LESTRINGANT, Frank. *Le Brésil d'André Thevet*, 1997, p. 138.

isto é, gente sem país, homens sem descanso, que não param em parte alguma para cultivar a terra. (...) Neste discurso, aqui resumido, mostra como esses pobres selvagens americanos, que reputamos bárbaros, desprezam àqueles que com perigo de vida atravessam os mares em busca de pau-brasil e de riquezas. Por mais obtusos que sejam, atribuem êsses selvagens maior importância à natureza e à fertilidade da terra do que nós ao poder e à providência divina; insurgem-se contra esses piratas que se dizem cristãos e abundam na Europa tanto quanto escasseiam entre os nativos. Os tupinambás, como já disse, odeiam mortalmente os avarentos e prouvera a Deus que estes fossem todos lançados entre os selvagens para serem atormentados como por demônios, já que só cuidam de sugar o sangue e a substância alheia. Era necessário que eu fizesse esta digressão, com vergonha nossa, a fim de justificar os selvagens pouco cuidadosos nas coisas deste mundo. E, a propósito, poderia acrescentar o que o autor da "História das Índias Ocidentais" escreveu acerca de certa nação que habita o Peru. Diz ele que quando os espanhóis principiaram a colonizar esse país os selvagens vendo-os Barbados, delicados e mimosos, recearam que eles lhes corrompessem os antigos costumes: não queriam por isso receber essa gente a que chamavam espuma do mar, isto é, gente sem país, homens sem descanso, que não param em parte alguma para cultivar a terra.

Continuando a falar das árvores dessa terra da América, mencionarei a existência de quatro ou cinco espécies de palmeiras das quais as mais comuns são as chamadas geray e iri.³⁴ Creio que nenhuma delas produz tâmaras.³⁵ verdade que a ela dá frutos redondos como abrunhos pequenos e reunidos, como uvas, em cachos que um homem pode carregar facilmente; só o caroço presta, entretanto, e não é maior do que o da cereja. As falhas superiores de renovo servem para comer e dizia o senhor Du Pont, que sofria de hemorróidas, que esse palmito lhe era remédio; reporto-me aos médicos quanto a isso.

Outra árvore existe, de nome airi³⁶ a qual tem as falhas como as da palmeira, o caule cravejado de espinhos penetrantes como agulhas e dá uns frutos de tamanho médio que contêm um caroço não comestível e branco como nove. No meu entender, essa árvore é uma espécie de ébano, pois além de ser preta e servir aos selvagens para a fabricação de claras e pontas de flechas, é muito polida e luzidia quando trabalhada e tão pesada que não flutua. (Cf. Léry, 1941, pp. 126-127)

A obra de Léry é um rico exemplo de como se compunha o discurso das primeiras fontes testemunhos sobre vários aspectos da cultura brasileira daquela época, em particular sobre o saber-fazer dos indígenas brasileiros. Mas ainda no silêncio do sentido do seu discurso, presente se faz a idéia de fertilidade natural da terra, e, de certa maneira, dos hábitos dos primeiros europeus, que por diferentes motivos se encontravam aqui adonando-se de outras riquezas. Também se nota a preocupação de Léry como a comunicação entre os franceses e os nativos, ao comentar sobre o seu intérprete a dificuldade de elaborar hipótese possível de comprovar que dois indivíduos falando línguas totalmente diferentes, se façam

³⁴ Cf. HOLLANDA FERREIRA, Aurélio Buarque de. Op. cit. verbete iri. [Do tupi ai'ri.]. Brasil. Palmeira silvestre, da família das palmeiras (L. *Astrocaryum auri*), cujas nozes são usadas pelas crianças para fazer pião; sendo as sementes saborosas e oleosas; iri, coco-de-iri, brejaúba, brejaúva.

³⁵ Designação dos frutos de palmeira existentes na África.

entender no nível de exatidão como o que ocorre com duas pessoas falando a mesma língua. Aliás, não somente Léry teve esta dificuldade, mas todos os demais cronistas, como aparece na *Carta de Pero Vaz de Caminha*, na de *Mestre João Faras* e na *Relação do Piloto Anônimo*, organizadas e comentadas por Paulo Roberto Pereira em seu livro *Os três únicos testemunhos do Descobrimento do Brasil*. Leyla Perrone-Moisés citando Fernando Pessoa diz que a “(...) *As palavras dos outros são erros do nosso ouvir, naufrágios do nosso entender. Com que confiança cremos no nosso sentido das palavras dos outros*”. (Cf Pessoa, Apud Perrone-Moisés, Op. cit. p. 157) E tanto os testemunhos sobre os aspectos geomoforológicos do Brasil, quanto sobre as características físicas, comportamentais e cosmológica dos indígenas brasileiros, não são mais do que uma visão imaginária dos seus produtores.

Esses testemunhos materializam as visões de um dado imaginário pela mediação do outro que olha o de fora, o Novo Mundo desconhecido, portanto ainda estranho, a América (o Brasil), para o de dentro, o Velho Mundo conhecido e sem mais nenhuma estranheza, a Europa. Essa estranheza não está apenas nos ouvidos de um povo preconceituosamente considerado primitivo, por um outro que se conjeturava evoluído, mas em ambos. Logo no início do século XVI, como mostra Perrone-Moisés e também será apresentado a seguir, a Europa tem os primeiros impactos com a chegada desses costumes diferentes, influenciando não apenas nos hábitos tradicionais, mas também na própria linguagem.

³⁶ O Dicionário Aurélio da a mesma designação de iri.

7.1.1 América (Brasil) no discurso do confronto

Continuando nesta mesma matéria, pois os aspectos que estão sendo tratados neste capítulo — o posicionamento da América (Brasil) no Universo, assim como os impactos no encontro de duas culturas distintas. tem, por exemplo o olhar do Frei Vicente do Salvador, na sua História do Brasil (1500-1627). Nessa complexidade analítica, na qual a reciprocidade entre a historicidade da palavra-linguagem-sentido do discurso se inclui o do referido frei, sobretudo quando procura explicar o porquê a nova terra encontrada acidentalmente por Cabral recebeu os respectivos nomes de Terra de Santa e Cruz e depois o de Terra Brasilis (Brasil). Este discurso deste frei, fundado naquela visão escolástica do mundo de então, o acidente de Cabral pode ser explicado pelo próprio compromisso determinado pelos poderes divinos à humanidade. No contexto desta lógica discursiva o homem está naturalmente comprometido com as suas ações cotidianas, pois as mesmas não são por ele planejadas e/ou escolhidas porque já foram determinadas por Deus. Observa-se no discurso do Frei Vicente que a chegada de Cabral no Brasil tem um fundo divinatório, mesmo porque, como foi dito acima, todos os seres humanos têm este dom recebido de Deus. E foi por essa causalidade (sic) que

(...) A Terra do Brasil, que está na América, uma das quatro partes do mundo, não se descobriu de propósito e de principal intento, mas acaso, indo Pedro Álvares Cabral, por mandado de el-rei D. Manuel no ano de 1500 para a Índia por capitão-mor de onze naus. Afastando-se da costa da Guiné, que já era descoberta ao Oriente, achou estoura ao Ocidente, da qual não havia notícia alguma; foi a costeando alguns dias como tormenta até chegar a um porto seguro, do qual a terra vizinha ficou com o mesmo nome. Ali desembarcou o dito capitão com os seus soldados armados pera pejearem, porque mandou primeiro um batel com alguns a descobrir campo, e deram novas de muitos gentios que viram; porém não foram necessárias armas, porque só de verem homens vestidos e calçados, brancos e com barba (do que todos eles carecem) os tiveram por divinos e mais que homens, e assim chamando-lhes caraíbas, que quer dizer na sua língua coisa divina, se chegaram pacificamente aos nossos. (...) Muito mais cresceu neles o respeito quando viram a oito frades da ordem de nosso padre São Francisco, que ia com Pedro Álvares Cabral, e por guardião o padre frei Henrique, que depois foi bispo de Cepta, o qual disse ali missa e pregou, onde os gentios a levantar hóstia e cálix se ajoelharam e batiam nos peitos como faziam os cristãos, deixando bem nisto ver como Cristo senhor nosso neste divino sacramento domina os gentios, que é o que a Igreja

*canta em a inventória de suas matinas dizendo: **Cristum regem dominatem gentibus, Qui se manducantibus dat spiritus pinguedinem, venito, adoremus.***

D deus Pã diziam os antigos gentios que dominavam o mundo e era senhor do universo, e disseram verdade se o entenderam deste Pão divino; porque sem falta ele é o deus que tudo domina, e apenas há lugar em toda a terra onde já não seja venerado, nem nação tão bárbara de que não seja querido e adorado, como estes brasis bárbaros fizeram .

Bem quiseram os nossos frades, pela facilidade que nisto mostraram para aceitarem a nossa fé católica, ficar-se ali, pera os ensinarem e batizarem; mas o capitão-mor, que os levava para outra seara não menos importante, se partiu daí a pouco dias com eles para a Índia, deixando ali uma cruz levantada como também dois portugueses degredados pera que aprendessem a língua, e despediu um navio a Portugal de que era capitão Gaspar de Lemos com a nova a el-rei D. Manuel que a recebeu com o contentamento que tão grande coisa e tão pouco esperado merecia. (Cf. Frei Vicente do Salvador, Op. cit., pp. 56-57)

Esta concepção causal e pouco convincente — mesmo do ponto de vista científico da época — foi por alguns séculos a dominante. Mas no discurso do Frei Vicente, um outro aspecto que já aparece e que vai permear toda a sua obra, é o conceito que este tem dos ameríndios, e que não se diferencia na essência dos discursos do século anterior como ilustram a figura ao lado e as que vêm a seguir. O referido frei depois de exaltar, sempre de forma ambígua — e não podia ser de outra forma, pois esta é uma das características básicas do discurso do colonizador— os diversos aspectos que devem ser explorados no Brasil pinta o seu retrato do ameríndio. Sobre este assunto, vai levantar hipóteses sobre a origem e diversidade das línguas faladas pelas diversas tribos brasileira, assim dizendo:



Figura 129. Imagem do Novo Mundo³⁷.

(...) D. Diogo de Avalos, vizinho de Chuquiabue no Peru, em sua Miscelânea Austral, diz que em as serras de Altamira em Espanha havia uma gente bárbara, que tinha ordinária guerra com os espanhóis e que comiam carne humana, do que enfadados os espanhóis

³⁷ Figura 129. Imagem do Novo Mundo de Johann Froschauer (ed. Atribuída). New World Scene. Xilogravura aquarelada, 22 x 33,3 cm. Ilustração publicada com um trecho da carta Mundus Novus de Américo Vespúcio. Augsburg, 1505,c. the New York Public Library. Nova York, EUA. In: MORAES BELLUZZO, 1994, p. 19.

juntaram suas forças e lhes deram batalha na Andaluzia, em que os desbarataram e mataram muitos. Os poucos que ficaram, não se podendo sustentar em terra, a desampararam e se embarcaram para onde a fortuna o guiasse, e assi deram consigo nas ilhas Fortunadas, que agora se chamam Canárias, tocaram as de Cabo Verde e aportaram no Brasil. Saíram dois irmãos por cabo desta gente, um chamado Tupi e outro Guarani; este último, deixando o Tupi povoando o Brasil, passou a Paraguai com sua gente e povoou o Peru. Esta opinião não é certa (...) o que de presente vemos é que todos são de cor castanha e sem barba, e só se distinguem em serem uns mais bárbaros que outros (posto que todos são assaz). (...) há muitas castas de diversos nomes, diversas línguas, e inimigos uns dos outros. (Cf. Frei Vicente, Op. cit, p. 77)

Sobre a língua dessa gente, continua o referido frei,

(...) é uma language mui compendioso, e de alguns vocábulos mais abundante que o nosso português, porque a todos os irmãos chamamos irmãos e a todos os tios, tios, mas eles ao irmão mais velho chamam de uma maneira, aos mais de outra; o tio irmão do pai tem um nome, e o tio irmão da mãe outro, e alguns vocábulos têm de que não usam senão as fêmeas, e outros que servem senão aos machos...(Idem, pp. 77-78)

Visões iguais a do Frei Vicente sobre a América e os seus impactos com o velho modelo civilizatório eurocentrista permaneceram por um longo tempo. Ainda no final do século XVIII e início do XIX, Manuel Aires de Casal (1754-1821), considerado como o mais importante geógrafo português do seu tempo, em seu livro clássico *Corografia Brasília* — cuja primeira edição é de 1817 e onde é publicada pela primeira vez a *Carta de Caminha* — faz um breve comentário sobre a impressão que Damião de Góis teve ao tentar conversar e entender a língua de cinco índios brasileiros que foram levados para D. Manuel. (Casal, 1943, p. 26). As figuras a seguir são outros exemplos desses impactos. Na primeira delas, os índios brasileiros aparecem à esquerda na parte baixa da ilustração, participando da festa de homenagem ao rei Henrique II, na cidade de Rouen, em outubro de 1550 (Cf. Moraes Belluzzo, 1994, p. 30).



Figura 130. Festa em Rouen³⁸

Com as freqüentes presenças do índio brasileiros no cenário europeu, a inclusão da palavra selvagem passa a ser considerada como um artefato precioso de alguns vernáculos europeus, em particular o francês, o Espanhol e o português, todos eles ainda em plena formação. Simultaneamente, disseminam-se narrativas escritas e visuais, testemunhando regressivas dissensões de um recíproco passado transcendental civilizatório. A somatória dos testemunhos antigos, dos da época aqui estudada e os de agora compõem as múltiplas versões da historiografia brasileira. Algumas dessas versões exaltam os feitos e efeitos daqueles varões providentes portugueses, outras ficam aparentemente neutras, uma certa parte também exaltadora do nacionalismo *acrítico* fundado numa falsa *defesa* da pureza da cultura indígena, e uma parte ínfima de cunho mais crítico e com ênfase na historicidade dos discursos desses testemunhos primitivos.

³⁸ FIGURA 130. Festa do Índio brasileiro em Rouen. Uma das dez miniaturas que ilustram o manuscrito *L'entrée du Très Magnanime, Très Puissant et Très Victereux Roy de France Henrique Deuxième de Ce Nom, Rouen, c. 1550*, na qual se lê a inscrição "Casta Diana Orpheus Neptunos Aurea & Ætas Hic sunt Sed manis Numem adeße videnn". Autor Anônimo. Iluminura 12,2 X 20cm. Bibliothèque Principal de Rouen, França. "A cena do índio brasileiro faz parte da celebração da festa em homenagem ao rei Henrique II, na cidade de Rouen, em 1550". Cf. Moraes Belluzzo, op. cit. p. 30.



Figura 131. Episódio brasileiro na FESTA de Rouen (1550)³⁹

O Padre Fernão Cardim, que anos mais tarde viveu por algum tempo como missionário entre os índios brasileiros, vai fazer uma descrição dos hábitos e costumes dos mesmo que não difere das narrativas dos demais cronistas. Difere sim no que consiste à concepção cosmológica dessa população, em se comparado com as apresentadas, em particular, com a de Léry. Sobre o conhecimento que esses índios tinham do Deus cristão, o discurso de Cardim, da mesma forma que os dos demais cronistas católicos, vai ser o da condenação. O discurso cosmológico de Cardim é o de conhecer o Céu, e de acreditar no Criador, mas o criador uno da Europa cristã, o Deus todo poderoso, pois é só este que tem valor. Acredita ainda Cardim que os índios brasileiros nem sequer tinham condições de entender o cosmo celestial. Com o mesmo caráter impudico, o discurso de Cardim narra como entre os nativos brasileiros se sucedem o medo do mal, do diabo, do castigo e, sobretudo, da morte sem a ressurreição da alma, tudo isso porque, diz ele,

³⁹ Figura 131. Episódio brasileiro na festa de Rouen (1550). In: Belluzzo, op. cit. p. 34.

(...) *Este gentio não tem conhecimento do seu Criador, nem de cousa nenhuma do Céu, nem se há pena nem glória depois desta vida, e portanto não tem adoração nenhuma, nem cerimônia, ou culto divino, mas sabem que têm alma e que esta não morre⁴⁰ e depois da morte vão a uns campos onde há muitas fogueiras ao longo de um famoso rio, e todas juntas não fazem outras cousas senão bailar; e tem grande medo do demônio, ao qual chamam de Curupira, Taguaigba, Macachera, Anganga, e é tanto medo que lhe têm, que só de imaginarem nelle morrem, como aconteceu já muitas vezes; não no adorão, nem a alguma outra creatura, nem têm ídolos de nenhuma sorte, somente dizem algumas cousas pelo medo que têm delles, e por não morrerem. Algumas vezes lhe aparecem os diabos, ainda que raramente, e entre eles há poucos endomoniados. (Cf. Cardim, 1980, p.87)*

Vê-se assim que os discursos dos representantes católicos, inclusive de Staden, diferem essencialmente do de Jean de Léry. À vista disso, mostra Frank Lestringant, que

(...) *Jean de Léry tornou-se, nessa data, uma espécie de “clássico do protestantismo”. Mais uma vez, o católico é mais inumano que o canibal, que da seu ventre por sepultura ao inimigo e faz sua a carne dele. Novamente, essa barbárie católica vira do avesso, de alguma maneira, a barbárie exótica: até arrancar da terra “uma carne apodrecida, fedorenta, um crânio pavoroso, ossos todos deslocados e carcomidos, cheios de horror”. De modo que o católico, que a uma só vez afirma a realidade da transubstanciação e desenterra o corpo morto do seu inimigo para lançá-lo aos cães e aos lobos, conjuga antropofagia e antropoemia.⁴¹ Ele come o sacrossanto cadáver de Cristo e vomita, quase literalmente, o do protestante, adicionando as infâmias em sentidos contrários. (Cf. Lestringant, Apud Novaes, 1998, p. 432)*

Segundo Frank Lestringant (1997, pp. 7-38), a obra de André Thevet — mais do que a de Hans Staden (*Duas Viagens ao Brasil*), ou a de Jean de Léry (*Viagem à terra do Brasil*) — é a que melhor ajusta o conceito de natureza ao de cosmologia, segundo os princípios filosóficos da sua época e da sua religião. Assim dava Léry seu primeiro testemunho sobre a primeira vista que tivera da Índia Ocidental ou Terra do Brasil e do que mais aconteceu até o Trópico do Capricórnio

(,,,) *Tivemos desde então vento de oeste que nos foi propício e permaneceu tão constante que a 26 de fevereiro de 1557, pelas oito horas da manhã, avistamos a Índia Ocidental ou terra do Brasil, quarta parte do mundo, desconhecida dos antigos e também chamada América, do nome daquele que em 1497 primeiro a descobriu. Não é preciso dizer que muito nos alegamos e rendemos graças a Deus por estarmos tão perto do lugar que demandávamos. Com efeito há cerca de quatro meses já não víamos parto e flutuávamos no mar não raro com a idéia de que nos encontrávamos num exílio sem solução. Por isso logo que verificamos ser o continente que víamos, pois muitas vezes nos enganaram as nuvens, velejamos para a terra e no mesmo dia, com nosso almirante*

⁴⁰ “And thay say that the soules are converted into devils” (Purchas, IV, 1289-1290). Citado no rodapé do livro de Cardim.

⁴¹ Diz o autor: para esse conceito de antropoemia, ver Claude Lévi-Strauss. *Tristes Trópicos*. Paris. Plon, 1955, cap. XXXVII, PP. 447-8.

à frente fomos ancorar a meia légua de um lugar montanhoso chamado Huuassú⁰⁹ pelos selvagens. Botamos n'água o escaler e depois de ter disparado alguns tiros de peça para avisar os habitantes, conforme o costume de quem chega a esse país, vimos reunirem-se na praia homens e mulheres em grande número. Nenhum de nossos marinheiros, já viajados, reconheceu bem o sítio; entretanto os selvagens eram da nação dos Margaiá, aliada dos portugueses e por conseqüência tão inimiga dos franceses que se nos apanhassem em condições favoráveis, não só não nos teriam pago resgate algum mas ainda nos teriam trucidado e devorado: E logo pudemos admirar as florestas, árvores e ervas desse país que, mesmo em fevereiro, mês em que o galo oculta ainda no seio da terra todas essas coisas em quase tôda a Europa, são tão verdes quanto na França em maio e junho. E isso acontece durante todo o ano nessa terra do Brasil. (...) Não obstante a inimizade entre margalás e franceses, muito bem dissimulada de parte a parte, nosso mestre, que lhes conhecia um pouco a língua, meteu-se num escaler com alguns marujos e dirigiu-se à praia cheia de selvagens. Não se fiando nestes entretanto, e temerosos de serem agarrados e moqueados, mantiveram-se fora do alcance de suas flechas acenando-lhes de longe com facas, espelhos, pontes e outras bugigangas. Ouvindo as nossas vozes apressaram-se os índios mais próximos em vir ao encontro dos nossos, com alguns companheiros. Desse modo obtive o nosso contramestre farinha fabricada de certa raiz, usada pelos da terra em vez de pão, e ainda carne de javali, frutas e mais coisas que o país produz em abundância. Seis homens e uma mulher não hesitaram em vir visitar-nos no navio para vê-lo e dar-nos as boas-vindas. Como eram os primeiros selvagens que eu via de perto, é natural que os observasse atentamente e embora os descreva minuciosamente noutra lugar, quero desde já dizer alguma coisa a seu respeito. Tanto os homens como as mulheres estavam tão nus como ao saírem do ventre materno mas para parecer mais garridos tinham o corpo todo pintado e manchado de prato. Os homens usavam o cabelo cortado na frente à maneira de coroa de frade e comprido atrás, aparado em terno do pescoço como entre nós as pessoas que usam cabeleira. Ainda mais: todos tinham o lábio inferior furado ou fendido e cada qual trazia no beijo uma pedra verde e polida, como que engastada, do tamanho de uma moeda e podia ser tirada ou colocada, como bem entendiam. Usam por certo tais coisas para se enfeitarem mas, na realidade sem a pedra a fenda do lábio inferior se assemelhava a uma segunda beca, o que os afela grandemente. Quanto à mulher, além de não ter o lábio furado, usava os cabelos compridos como as demais do lugar; mas tinha as orelhas furadas tão cruelmente que era possível atravessá-las com os dedos e nelas carregavam penduricalhos de osso que lhes tocavam os ombros.¹¹⁴ Mais adiante refutarei o êrro dos que afirmam serem os selvagens pelados. Antes de se separarem de nós os homens, principalmente dois ou três velhos que pareciam os mais notáveis da freguesia, afirmaram que em suas terras se encontrava o melhor Pau-Brasil da região e prometeram ajudar-nos a cortar e carregar a madeira, e ainda a nos fornecer víveres, e todo esforço fizeram para persuadir-nos a carregarmos o nosso navio. Como porém eram nossos inimigos isso nos pareceu astúcia; em terra, onde teriam vantagem, fácil lhes seria nos desbaratarem e comerem; de resto não era nosso intento dirigir-nos para esse lugar e não nos detivemos ali. (Cf. Léry, 1980, pp. 43-46)

Thevet aprofunda ainda mais a sua concepção cosmológica de mundo, a partir de *As Singularidades da França Antártica* (1555-1557), pois é nessa obra que ele esboça os fundamentos teóricos para, em 1575, escrever a sua *Cosmologia Universal*. Nessa última obra, o autor além dos conhecimentos anteriores já citados adquiriu outros sobre o referido assunto, incorporando às suas reflexões a

concepção cosmológica dos índios brasileiros. Diferente de Léry que imaginava implantar um núcleo calvinista no Brasil, ou mesmo Staden, que pelo que tudo indica estava a serviço do governo português, Thevet mantinha vínculos político-ideológicos com o governo do seu país, cujo objetivo principal era estabelecer um colônia francesa do outro lado do Atlântico. Ele, ao mesmo tempo que invoca os seus conhecimentos cosmológicos do Universo, justifica claramente a intenção da criação de uma França Antártica, ao narrar sobre o reconhecimento da América, em 1556, afirmando que com certeza

(...) os antigos cosmógrafos jamais tiveram conhecimento deste continente. Por esta razão, dividiam a Terra habitada em apenas três partes, ou seja, Europa, Ásia e África. Mesmo a propósito destas três, eram poucos os conhecimentos que possuíam. Não tenho a menor dúvida de que se os antigos soubessem da existência da América e de sua vastíssima extensão, por certo tê-la-iam considerado como constituindo a quarta parte do mundo, especialmente por ser esta terra muito maior do que qualquer uma das outras três (Cf. Thevet, op. cit. p. 97.)

Quanto ao discurso cosmológico de Hans Staden — cuja concepção teórica está mais para um pragmatismo do que para as concepções dos dois representantes franceses acima citados —, já que o seu conhecimento da mesma se dá a partir das suas experiências práticas, também vai descrever os mesmos trópicos, a partir de observações feitas em alto mar. Assim diz descreve Staden:

(...) Das ilhas do Cabo Verde veleja-se rumo sudoeste-sul para a terra do Brasil. O mar é grande e amplo. Singra-se (veleja-se) muitas vezes três meses para alcançar-se terra, primeiro passando o trópico de Cancer, que fica para trás, depois o Equador. Quando se deixa este ao norte, não se pode mais ver a estrela do Norte, que também se chama estrela Polar Norte. Então se chega à altura do trópico de Capricórnio e viaja-se com sol a pino. Quando se deixa o trópico do Capricórnio, em direção ao sul, olhando-se para o norte, vê-se o sol. Entre os dois trópicos impera de contínuo grande calor, e a terra citada do Brasil fica em parte na região inserta nos trópicos.(Hans Staden. 1980, p. 151.)

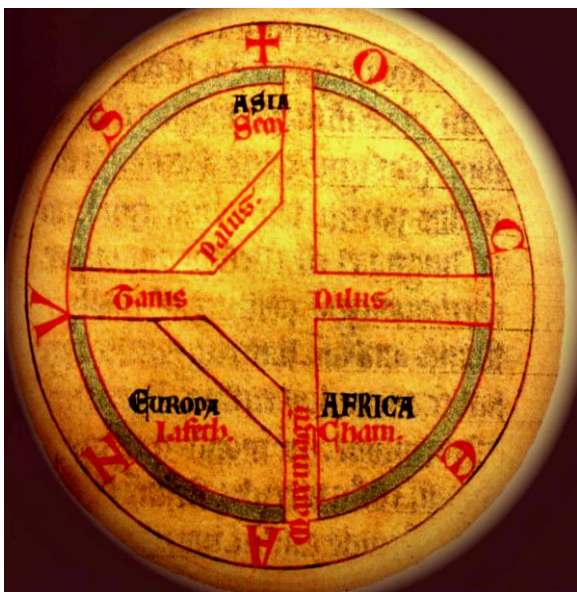


Figura 132. Mapa Mundi do Século XIII⁴²

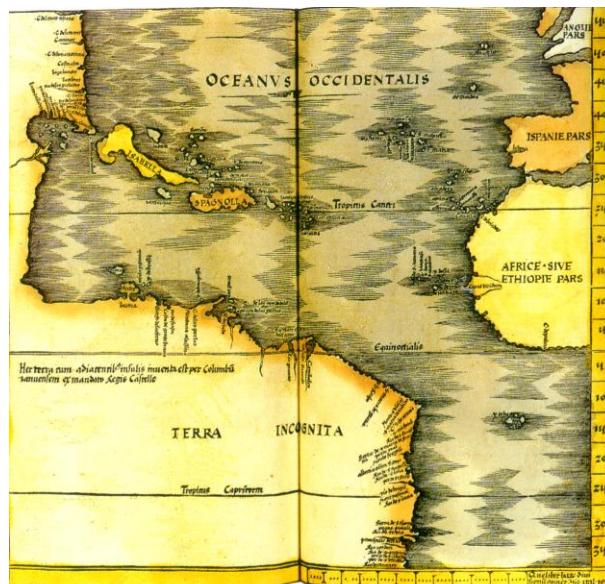


Figura 133. Terra Incognita⁴³

Os conhecimentos cosmológicos desses autores permitiram fazer as considerações em relação ao desconhecimento, que os antigos tinham da quarta parte do mundo não identificado neste e em outros mapas dos séculos XIII. Este mundo desconhecido poderia ser o reino da Natureza, o Paraíso Terrestre descrito no Velho Testamento, onde certamente se encontraria o reino da felicidade.

Esse continente vazio está representado à direita da parte superior deste Mapa Mundi do século XIII, dividido em quatro partes, três delas situando a Europa, Ásia e África, e a quarta só deixando de aparecer vazia nos mapas feitos a partir do século seguinte. Pode-se inferir daí que este vazio seria, segundo a concepção escolástica e/ou cosmológica, e também da Geografia de Cláudio Ptolomeu, o continente mítico que estava indicado pela cruz de malta impressa na Rosa-dos-ventos.

Desde a Antigüidade greco-romana, em particular a partir da escola de Alexandria, as navegações usavam as rosa-dos-ventos, mas só depois do

⁴² Figura 133. Mapa Mundi do século XIII. In: Malheiro Dias, op. cit. p

⁴³ Figura 134. Terra Incognita. Mapa constante da reedição da Geografia de Ptolomeu por Martin Waldseemüller. Estraburgo, 1519. Xilogravura aquarelada, 43,5 X 60,5 cm. Departement de Cartes de la bibliothèque Nationale, Paris, France. C. PL. GE. DO. 2ª Carta de Suplemento. In: MORAES BELLUZZO, Op. cit, p. 70.

expansionismo das médias e grandes navegações, a partir do séculos XII e até o século XVI, elas passaram a ser usadas nas ilustrações dos mapas cartográficos. Tinham ainda como finalidade servir de instrumentos para dar a direção das terras descobertas, para não mais perdê-las de vista.

No princípio, a rosa-dos-ventos era construída de papel, em forma de círculo, com uma parte plana na qual ficava o mostrador da agulha de marear, ou da agulha de navegação. Nela, era desenhado ainda os pontos cardeais e os pontos colaterais, com os setores intermédios subdivididos em quartas, meias-quartas e quartos, normalmente divididos num total que varia entre 24 e 192 divisões. Trazia ainda “(...) *A flor-de-lis indica o norte, e a cruz o leste, onde fica a Terra Santa. A piedade cristão, na Idade Média, levou a marcar o leste de alguns mapas-mundi, naturalmente porque no Mediterrâneo assim ficava orientada a Terra Santa (o Paraíso).* (Cf. Fontoura da Costa A. *A Marinharia dos Descobrimientos*, 2ª edição, 1939, p. 166-7). Apud, Adonias, Op. cit. p. 61) Trazia ainda uma cruz indicando a direção leste, ou do sol nascente. Vários estudiosos do assunto deduzem que a referida cruz é herança das expedições militares-religiosas medievais, e tinha como função indicar onde ficava a Terra Santa e

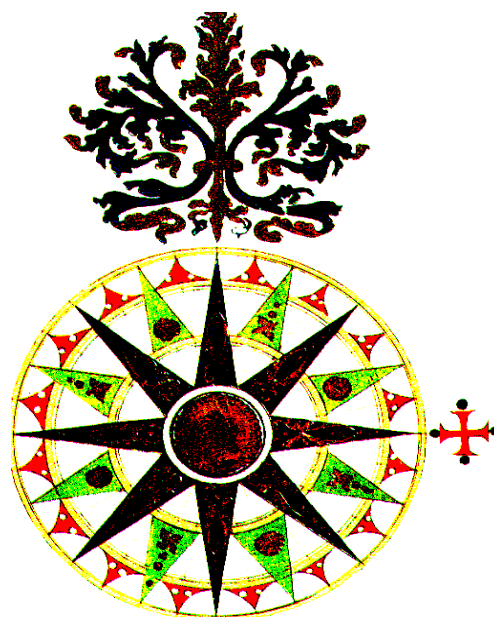


Figura 134. Rosa-dos-ventos⁴⁴

⁴⁴ Figura 134. Rosa-dos-ventos. Circulo graduado com 32 ramos ou ventos indicado direções. Muitas vezes as rosas são iluminadas com a flor-de-lis que aponta para o norte, e uma cruz, que assinala o leste, porque nesta direção ficava o Paraíso e a Terra Santa. In: ADONIAS, Isa, 1993, O. 127^a

aquela Terra Incógnita da Geografia de Cláudio Ptolomeu, ou Continente desconhecido, pois a concepção cosmológica dominante na referida época, situava-o do lado do sol nascente.

Como a França também estava empenhada em adonar-se de algumas terras no outro lado do Atlântico, André Thevet assegurava impulsivamente que a *França Antártica* (no caso o Brasil) deveria ser uma extensão do seu país (França). Mas ao mesmo tempo, dizia que essa *França Antártica* era um país de antípodas de canibais, pois os seus habitantes encontravam-se em um estágio de desenvolvimento diametralmente oposto ao dos franceses. Viviam totalmente nus, não celebram o matrimônio, não se reservavam para praticar o ato sexual e formam uma cultura *sem fé cristã, sem lei e sem rei*, ou demais hábitos e costumes do seu velho continente. No discurso cosmológico desse autor incluem-se ainda os aspectos referentes aos saberes agrários praticados pelas populações nativas. Mas deve-se ressaltar também, que o olhar sobre os aspectos acima citados — exceto a justificativa de a América pertencer exclusivamente ao seu país — não fora exclusividade sua, mas sim, de todos os demais viajantes, missionários e demais pessoas *cultas* europeias que viajaram pelo Brasil, inclusive no decorrer do século XIX.

Num plano teórico mais abrangente, segundo mostra Frank Lestringant⁴⁵, no discurso de Thevet está envolto *l'Égalité primitive ou la Liberté oisive de l'âge d'or ovidien*,⁴⁶ *l'Amérique de Thevet ne remplit la place d'aucun concept*. (Lestringant, 1997, p. 29). Este autor considera a obra de Thevet como a “(...) *some de traits particulier e circunstanciales, c'est-à-dire qu'il condense en lui-même un catalogue de "singularités" inreductible e contradictoire*”⁴⁷. (Idem, ibidem) A bem da verdade, considerando-se os motivos acima expostos, a obra de Thevet pode ser classificada

⁴⁵ Apresentador do livro: *Le Brésil d'André Thevet. Les Singularités de la France Antarctique (1557)* A referência completa está na bibliografia.

⁴⁶ A igualdade primitiva ou a Liberdade indolente da idade de ouro ovidiana, a “América” de Thevet não é mais do que um conceito.

⁴⁷ “A soma contraditória de tratados particulares e circunstanciais, quer dizer, que condensa em si memo um catálogo de singularidades irreductíveis e contraditórias”. Tradução livre feita por Geraldo M. Prado.

entre todas as demais, como a mais significativa corrente ilustrativa do pensamento cosmológico, fundamentado nos ensinamentos da Escolástica e *salpicada com alguns ingredientes* da Geografia de Cláudio Ptolomeu, presenças essas ainda muito fortes no início do século XVI.

O seu discurso sobre a órbita da Terra é uma espécie de tentativa de explicar como a realidade pode ser entendida, segundo a teoria do conhecimento antigo, tanto a dos filósofos gregos quanto a da bíblia. E para explicar esse fenômeno, o seu laboratório vai ser, de fato, o navio que o trouxe ao Brasil. Nesse veículo, e nessa viagem, Thevet vai conjugar a importância dos instrumentos práticos (astrolábio, bússula, carta de marear etc.) às teorias acima referidas, apresentando a seguinte descrição do movimento dos fenômenos celestes:

(...) Prosseguindo sempre em nossa derrota, mantivemo-nos em rumo ao norte até à latitude de 6 graus aquém da Equinocial. Esta já havíamos alcançado no dia 15 de abril. Foi então que tivemos o Sol exatamente no zênite, em rezado do quê tivemos de suportar um calor verdadeiramente abrasador, como bem pode imaginar o leitor em vista do calor que faz em nosso país quando o Sol está no Trópico de Câncer, o que, para nós da Europa, ainda é bem distante do nosso zênite. (...) Tão logo cruzamos a Linha Equinocial, passou-se a contar em ordem crescente os graus que modelam entre ela e a Europa, do mesmo modo que se faz quando se ultrapassa esta linha rumo às terras americanas. Sabe-se que os antigos mediam a Terra, podendo-se ainda fazê-lo hoje em dia do mesmo modo, não por graus, como nós, mas por estádios, passas e pés. É o que nos ensinam Plínio, Estrabão e outros. Algum tempo depois, porém, Ptolomeu inventou os graus que permitem medir terras e águas em conjunto (coisa dantes impossível de ser feita), sendo este sistema bem mais fácil que o anterior. Ptolomeu dividiu a Terra em um total de 360 graus, tanto em comprimento quanto em largura, valendo cada grau 70 milhas, o que equivale a 17 léguas e meia, conforme disseram os pilotos que viajavam conosco, todos muito experientes na arte de navegar. Assim se dá também em relação ao Universo que, incluindo o céu e os elementos em sua circunferência, mede também os mesmos 360 graus, sendo dividido em doze signos iguais, cada qual compreendendo 30 graus, pois doze vezes dão exatamente 360. Um grau contém 60 minutos; 1 minuto, 60 segundos; 1 segundo, 60 terços; 1 terço, 60 quartos; 1 quarto, 60 quintos, e assim por diante até 60 décimos (as dimensões celestes exigem a utilização destas tão numerosas subdivisões aqui citadas). Portanto, é em graus que até hoje calculamos a longitude, a latitude e a distancia dos lugares. A latitude é contada a partir da Linha Equinocial, sendo 90 o número de graus existentes entre a dita linha e cada um dos pólos. Os graus de longitude são contados a partir das Ilhas Afortunadas, no Levante. (Cf. Thevet, 1978, pp. 220-221)

Do século XII ao XVII, imaginava-se ser aqui o Paraíso Terrestre povoado de pureza, animais e árvores talvez as mesmas das quais se tiravam a tinta para tingir panos e que durante esse período eram conhecidas na Europa por pau-brasil. A referida parte vazia do mundo que supostamente foi *preenchida* por Novo

Mundo, estava descrita na Geografia de Cláudio Ptolomeu como Tábua Terra Nove ou Continente desconhecido. Esses, foram assinalados na reedição do Mapa de Martin Waldseemüller, de 1519, como sendo a Terra Incógnita representado na figura acima citada. Essa Terra depois do *acontecimento imprevisto* de Américo Vespúcio, foi *sobrenaturalmente* batizada com a versão feminina do seu nome, como sagração à sua experiência perigosa de vencer os perigos do mar.



Figura 135. Representações da América⁴⁸

A partir do seu batismo a América que está de frente para a Lisboa e esta de costa para este continente que desde o século XVI aos dias atuais foi cantado e descrito por cronistas, poetas, pintores, historiadores ou missionários, tanto em linguagem escrita quanto visual, cuja mostra parcial vem a seguir. Embora muitos europeus, principalmente portugueses e espanhóis, já tivessem feito ricas fortunas nesta América, este continente continuava sendo representado, segundo o olhar de

⁴⁸ Figura 135. À esquerda uma gravura de 20,7 X 25,9 cm, de Adriaen e Marten de Vos, intitulada América. c. 1600. RIJKPRENTENKABINET, RIKSMUSEUM, Amsterdam, Holanda. À direita uma Gravura de 31 x 19, cm., de autor anônimo, intitulada América, que está no frontispício do livro *Nieuwe en Onbekende Weereld*, de Arnold Montanus. Amsterdam, Jacob Meurs, 1671. Coleção José Mindlin,

européus *cultos* por volta do final do século XVII, em particular o Brasil, como uma terra na qual predominavam pessoas canibais e animais selvagens. Esses aspectos encontram-se em quase a totalidade dos discursos dos missionários, cronistas e viajantes europeus que por aqui passaram durante vários séculos.

As imagens aqui expostas representam a existência de pessoas, animais domésticos e selvagens, alguns deles de origem européia, de seres humanos normais e de outros mistos de animais etc.. Ainda no início do século XVIII, Bluteau, que jamais conhecera o outro lado do Atlântico, mantém a idéia dessa Quarta parte do mundo, dessa ilha ou Eldorado ideados pelo imaginário europeu. Este autor, embora padre, descreve-a em estilo libidinoso interagindo as características físicas e naturais do meio com as dos seus habitantes. E assim, o primeiro e sistemática dicionário da língua portuguesa faz o primeiro registro lexicográfico do Novo Mundo:

*(...) América, América, por outro no/me no mundo novo. Toma esta Quarta par/te do mundo o seu nome de Americo/Vespucio Florentino, que em nome de/gloriosissimo Rey de Portugal D.Mano/el tomou posse della no anno de 1497./portogues fora primeiro descuberta por/Christovão Colon. Pera dizer melhor,/a hum Portuguez deve este mundo o descobrimento da quelle novo mundo/E o caso foi, que navegando para as In/dias Orientaes huma caravella Portu/gueza, foi levada dos ventos, & das cor/rentes ao Poente, & perto daquellas/terras, até então desconhecidas. De fo/me, & trabalhos do mar pareceo to/da esquipação, exceto hum piloto, &/tres, ou quatro marinheiros, os quaes/pouco depois de arribalos a hum por/to da Ilha da Madeira, morrerão com ca/sa de Christovão Colon, que de Geno/va sua patria passara aquella Ilha, & nel/la casara. Foi este Colon tão venturo/so, que em seu poder ficarão, com a/relação da viagem do Piloto Portugues,/as Alturas das terras descubertas; & de/sejoso de se aproveitar das noticiais, `q/tinha entre mãos; se offereceo a Affonso/Rey de Portugal, & a Henrique *III/ Rey de Inglaterra, os quaes ouvindo a/porposição do descobrimento de hum/novo mundo do a lançarão de si como de/lirio da imaginação, de quem, de quem a fazia./Na corte de Castella lhe succedera a/Colon o mesmo, se o Thesoureiro mór/Affonso Quintavilla, & o Secrebispo de/Toledo Gonçalo de Mendoza não per/suadissem a Raynha, & a El - Rey, que/não desprezassem o alvitre. Promete/rãolhe as Magestades Catholicas, que/depois de acabada a guerra, que ti/nhão com os Mouros* lhe darião dinhei/ro para a execução da empreza. Chega/do finalmente o tempo partio Colon/no anno 1492. aos tres de Agosto, & aos II de Outubro descobrio huma/das Ilhas Luccayas, a que chamão Ga/nima, & dahia pouco a Ilha de/Cuba, & restituído a Castello com grã/des applausosfoi feito Almirante da/quelles mares, & com desoito navios/bem esquipados fez outra viagem em/que descobrio a Gamaica, & outras l/ilhas, & na terceira viagem fez outros/muitos descobrimentos, dos quaes se/seguio toda a noticia que hoje temos/da America, mas sempre com obriga/ção ao Piloto Portuguez, que deu as/primeiras luzes deste descobrimento./Na America Meridional tem os Portuguezes o Brazil, & nele quatorze Por/vinciãs, ou Capitancias, á saber o Parà/o Maranhão, o Seãra, Ri grande, Pa/raiba, Tamaracã, Pernambuco, Sergi/pe, Bahia, Ilheos, Porto Seguro, Espiri/to Santo, Rio de Janeiro, & São Vicen/te, tambem na America tem os Caste/lhanos a terra firme, ou nova Granada,/o Perú, o Chili, o Tucuman, que faz/parte do Paraguay, & as mayores Ilhas/das*

São Paulo, Brasil. In Moraes Belluzzo, op. cit. p. 85. As figuras aqui expostas e que foram produzidas em datas diferentes, mas na realidade materializam a visão que se tinha daquele continente incógnito.

*Antilhas. Na America septentrio/nal tem os Catelhanos o Mexico, os/Francezes o Canadá, ou nova França;/os Inglezes, a nova Inglaterra, a Virgi/nia sobre a costa do Canadá, a Carolina/na Florida, com muitas Ilhas das Anti/lhas, & os Hollandezes, muitas Ilhas/Caraibas, & algumas colonias sobre a/costa da Guiana. Entre os Povos que/na America não tem Reys, são os *roquezes, os Kilistinus, os Affinipovola/cos [?], os Nodovessios, & os Illinezes no/Canadá; & nas Ilhas Carai/bas os povos do mesmo nome; no Brasil/os Tateujas, no Chili os Araucos, Ec.America, * Fem. O P. Gaudino he de/opinião, que a penultima de America/se pode pronunciar longa, por`q a pe/nultima de Americus seu descobridor he/longa, como tambem a penultima de/Henricus, Valericus, Odericus, & ou/tros nomes semelhantes a estes. De A/merica. Americus,a,um. (Cf. Bluteau, verbete América)*

Descrições outras apareceram sempre no presente no decorrer do tempo imputrescível. Tempo *peioite ou mesca*⁴⁹, tempo mesclando libidinagem com miséria, riqueza violência, assombração e muitos outros adjetivos, alguns depreciativos, outros exaltadores da mistura de raça, patriotismo, nacionalismo, *igualdade de classes* sociais e promessas eleitorais. Apreciadores de misturas de cores da pele e de saberes eruditos e populares e da fertilidade da Mãe natureza transmitida às *biológicas mães lactescentes*.

O capuchinho Claude d'Abbeville (? – 1632) descreve o Universo começando pela parte celeste e em especial pela linha equinocial, que é o ponto da órbita terrestre, segundo os geógrafos, onde nos dias 21 de março e 23 de setembro o dia e a noite têm as mesmas durações. Abbeville chamou essa linha de "(...) eixo da esfera do Mundo e as duas extremidades chama pólos". (Cf. Abbeville, 1975, p. 36) Tais pólos, diz ainda o referido capuchinho, derivam-se de um verbo grego que significa

(...) girar, porquanto toda esfera celeste e imóvel vira e gira em torno deles, enquanto eles se conservam perpetuamente imóveis em seus lugares como dois gonzos ou eixos que de ambos os lados sustentam rodas ou globos giratórios. Um desses pólos chama-se Ártico por se situar próximo de Arcturus, imagem celeste; mas às vezes o apelidam de Setentrional, por estar perto da pequena Ursa, que contém sete estrelas, e outras vezes também o rotulam de N Bóreas porque desse lado é que vem o vento bóeras, ou aquilão, ou norte. Ao outro pólo chamam, por oposição, pólo Antártico, mas também o apelidam Meridional, por se achar perto do meio-dia, ou astral, por causa do vento astro que lá sopra (...) Ora a linha equinocial se encontra entre esses dois trópicos e a igual distância de ambos, isto é, a 22 ½° 3', e divide toda a esfera celeste, de um pólo a outro, em duas partes idênticas de 90° cada uma. Chama-se linha Equinocial ao Equadro não

⁴⁹ Cf. HOLANDA FERREIRA, Aurélio Buarque de. Op. cit. verbete mesca. Planta de família das cactáceas (*Lophophora williamsii*), globosa, acinzentada, com gomos, suculenta. Nativa no México, é ali conhecida por peioite ou peyotl e mesca, sendo usada pela população de certas partes do país como alucinógeno, em rituais religiosos primitivos. Prepara-se reduzindo o corpo vegetal a fatias, que são dessecadas para conservação. Ingeridas, determinam estados alucinatórios caracterizados por visões fortemente coloridas, efeito decorrente da presença de mescalina.

somente porque os que habitam debaixo dela vivem dias do mesmo comprimento que as noites, mas ainda porque estando sol sob a linha são os dias e as noites iguais em todo o mundo. (Cf. Abbeville, 1975, p. 36)

O ponto central da obra de Abbeville é a descrição geodésica do Globo a partir da teoria de Ptolomeu, à exceção de Zodíaco que os astrólogos atribuem a largura de uma cinta (Idem, ibidem), Abbeville se prende à reprodução da parte astrológica referente ao círculo que contém os doze signos do Céu (Áries, Touro, Gêmeos, Câncer, Leão, Virgem, Balança, Escorpião, Sagitário, Capricórnio, Aquário e Peixes). Abbeville continua sustentando os mesmos postulados dos seus antepassados de que os signos intervinham diretamente no destino e no comportamento do homem e regiam o calendário e os saberes agrários.

Fundado nos princípios do Gênesis, Abbeville descreve o universo dizendo que

(...) é de crer que a terra, em seu primeiro estado, tenha sido matematicamente e perfeitamente redonda, porquanto todas as partes, sem nenhum obstáculo, demandavam igualmente o centro comum, pela gravidade e peso natural. Entretanto, para comodidade do homem, Deus subverte a ordem natural, sobretudo em relação a esses dois elementos. À voz do Senhor a terra se despoja, as águas se separam; a terra se abre e as águas se juntam; a terra sobe e as águas descem além dos seus níveis; a terra levanta-se e se reúnem em determinados pontos acima de si própria, sobre sua própria base e forma as tremendas montanhas, os vales e as cavernas que vemos, e as águas voltam a se encontrar nas concavidades e abismos da terra. (Idem, Op. cit. p. 41)

O geógrafo português Manuel Aires de Casal vai descrever a América no início do século XVIII, a partir de saberes científicos mais avançados em relação aos testemunhos dos séculos anteriores. A sua descrição se baseia nas *normas técnicas* estabelecidas pelo Observatório de Coimbra e é rica em alguns detalhes factuais da História do Brasil. No que consiste às descrições geográfico e topônicas continua apresentado algumas incorreções. Mas baseando-se nessas normas técnicas, Casal procura comprovar que este continente era ligado ao asiático, e acreditava que a Ilha Atlântida — ideada por Platão e representada na Geografia de Cláudio Ptolomeu — tenha de fato existido em alguma parte do Atlântico, porém jamais foi identificada. Ele nega também que o continente americano não fosse a referida Ilha, como criam os cartógrafos, cosmólogos e geógrafos seus antepassados. Assim fala Casal sobre este continente:

(...) A América, segunda das quatro partes da terra em grandeza, e que per si só forma um hemisfério, ou ametade do globo terrestre, deriva o nome de Américo Vespúcio, piloto florentino, que fez a este país duas viagens no serviço de Castela, e outras duas, se houvermos de lhe dar crédito, por mandado d'El-Rei D. Emanuel⁵⁰. A sua vasta extensão, e o ter sido descoberta nos últimos séculos, deu-lhe também o nome de Novo Mundo. Também lhe chamam, ainda que impropriamente, Índias Ocidentais.

Quiseram alguns, depois do seu descobrimento, que os Antigos tivessem notícia da América, conhecida então pelo nome de Ilha Atlantida;⁵¹ ao mesmo tempo que muitos Sábios pretendem que a Atlantida fora uma ilha fabulosa, imaginada por Platão para representar alegoricamente o Governo de Atenas. Parece não dever-se duvidar da antiga existência desta ilha no mar Atlantico ao Ocidente, e defronte das Colunas de Hércules, e que, segundo contam, desapareceu, ficando submergida na ocasião dom terremoto, seguido dama espantosa chuva, ou tempestade d'água, que durou um dia, e uma noite inteiros. (...) Com o descobrimento deste hemisfério nasceram dois problemas: 1.º se era porção da Asia; 2.º como fora povoado. Quanto ao primeiro, consta já de largos anos, com toda a certeza, que a América é uma ilha; porem quanto ao tempo, ao modo, e por quem fora povoada, nada se sabe, nem pela história, nem pela tradição, sendo preciso recorrer a conjecturas; e a mais óbvia, e expedita é que a América noutro tempo era unida com o continente da Asia. O descobrimento deste hemisfério é atribuído ao piloto Renovas Cristovão Colombo. Diz-se que a sua felicidade principiara em ele se achar na ilha da Madeira, quando, pelos anos de 1480, ali aportou o mestre Francisco Sanches com a sua caravela destroçada, e três ou quatro marinheiros, todos mais mortos que vivos, pelas calamidades, que sofreram com um temporal, que os levava a uma romotíssima longitude ocidental, onde avistaram terra, que provavelmente era alguma das ilhas Caraibas.⁵²

Como de largos séculos se sustentava que a terra era redonda, e que podia haver antípodas, e lambem já se julgava que o grande Oceano Atlantico devia estar entre duas costas, como o Mediterraneo entre Africa e Europa, e se conjecturava que a costa oriental da Asia era a barreira ocidental do mar Atlantico, perenadiu-se Colombo, que a terra avistada por Sanches era a ilha do Japão ou Cipango de Marco Paulo, seu Aquilles; e que navegando sempre ao poente, passada esta ilha, necessariamente chegaria em pouco tempo ao reino do Catulo: assim chamava Marco Paulo o país dos Sinas, hoje China, sempre considerada como a parte mais oriental da Índia (ao menos contígua a esta província) onde os portugueses forcejavam por chegar, rodeando a Africa. (...) Colombo fez mais três viagens ao Novo Mundo, todas debaixo dos auspícios de D. Fernando V. Na segunda saiu de Cadis a 25 de setembro de 1493; visitou a ilha Espanhola, descobriu a Jamaica, e um grande número de ilhotas ao sul da Cuba, as quais denominou Jardin de la Reyna. Na terceira, em 1498, avistou, junto à boca do rio Orenoco, a ilha da Trindade no 1.º de agosto; desembarcou em várias partes da costa de Pária, voltou à Espanhola, e de lá à Europa. Na quarta, saiu de Cadis a 9 de maio de 1502, aportou na Espanhola, e continuando a navegar, descobriu a ilha Guanaia, vizinha do Cabo de Honduras, e toda a costa do continente desde o cabo Graças a Deus até Porto Belo.

Querem alguns que o Novo Mundo devesse tomar de Colombo o nome de Colombla, e

⁵⁰ D. Manuel I, de Portugal.

⁵¹ N. B. — Claudio Ptolemou, que ainda era o oráculo em geografia naquele tempo, punha a foz do Rio lindo, limite ocidental da Índia, em 114º a leste do meridiano das Canárias, e estendia esta província até o golfo de Sião, então sinos magnas, posto por ele 61º mala a Leste, isto é, na longitude de 175º ao Oriente do meridiano das Canárias. Ora constando, que a terra tinha 360 de eireunferênein, ficavam 185, que tantos tinha de navegar quem quisesse ir à Índia pelo Poente. (Cf. Casal, 1943, p. 5, tomo I)

⁵² Civilidades nativas existentes na chegada dos colonizadores europeus, habitava as Pequenas Antilhas, a região das Guianas e parte do litoral centro-americano.

não o que se lhe derivou de Américo (2); quando muitos declamam ser uma grande injustiça dar àquele navegante a honra de descobridor deste hemisfério. O certo é, que os Sibérios orientais, chamados Choukchis, costumam passar o estreito de Berling para [p.4] a América no verão desde tempos imemoráveis. O dinamarquês Gumbiorn descobriu a Grinlandia nos fins do século X, e os noruegueses estabeleceram nela colônias no século seguinte, e visitaram nas por mais de trezentos anos. Se esta terra não é porção do continente, ao menos é ilha, que lhe pertence. Os ingleses mostram que João Caboto descobrira a Terra Nova, e o continente vizinho em 1494⁵³.

A América está entre o mar Atlântico, que a separa da África e Europa pelo oriente, e o mar Pacífico, que a separa da Ásia pelo ocidente. A menor distancia entre a América e a África é do cabo de S. Roque no Brasil a cabo Roxo na Guiné, onde há 500 léguas. A maior proximidade com a Europa é de 200, com pouca diferença, da costa da Noruega a da Grinlandia, se esta não é ilha; ou 600 da mesma Noruega à terra do Labrador. O mais curto intervalo da América para a Ásia é de 15 léguas, que tantas dizem ter de largura o estreito de Berhing ao nordeste da Ásia. Tem o novo continente 2.560 léguas, de 20 em grau, norte sul. Para o polo austral estende-se até 54 graus; em tantos está cabo Forward dentro do estreito Magalhanico. Para o setentrional contamos só até à entrada de Lancaster's Sound, que se acha em 74 graus na Baía de Baffin, e se presume ser um canal para o Mar Glacial, cuja costa, segundo as relações de Hearn e Mackenzie, não fica em distancia maiormente grande. (...) A América é dividida pelo istmo de Darien ou Panamá, em duas partes pouco desiguais (na suposição de que a Grinlandia é uma ilha): setentrional com 66 graus, e um terço de comprimento norte-sul, e meridional com 66 e meio. Cabo-Faleo, na entrada da baía Venezuela, em 12 graus e meio do norte, é a terra mais setentrional da região do sul; e Ponta da Higuera, na entrada da baía do Panamá, em 16 graus e 40 minutos da mesma latitude a mais meridional da do norte.

Na Meridional está o BRASIL, a mais oriental das seis províncias, em que os geógrafos a dividem; e fica entre o Equador e o paralelo de 55 graus de latitude austral, na p mais vantajosa situação para o comércio, não só com o restante da América, mais ainda com as três partes (...) Antigo Mundo. Tem 694 léguas, de 20 em grau, no maior comprimento de norte-sul, da ponta Maguarí na entrada do rio Pará ou Tocantins, em 15 minutos austrais, até à ponta de Maldonado no golfo do Rio da Prata, em 34 graus e 57 minutos; e 600, com pouca diferença, na maior largura do cabo de Santo Agostinho até à ponta Abaná na margem do rio da Madeira; jazendo entre 09 26 e 58 minutos, e 09 57 e 17 de longitude ocidental do meridiano do observatório de Coimbra. (Cf. Casal, 1943, pp. 5-6, tomo I)

Nas primeiras décadas do século XX, Claude Lévi-Strauss, trabalhando com o método etnográfico — cuja metodologia limita-se à descrição da cultura e demais manifestações materiais do cotidiano de uma determinada sociedade — ao falar das suas primeiras impressões sobre o Brasil quando aqui chegou no decênio de 1930, evoca os discursos de Jean de Léry e André Thevet para fazer a seguinte observação:

(...) deveremos concluir do facto de os franceses terem imediatamente chamado Brasil a essa nova terra (nome atestado como usado a partir do século XII para designar — segredo laboriosamente guardado — o continente mítico do qual povinham as madeiras de tingir), bem como do grande número de termos adaptados diretamente pelos franceses dos dialectos indígenas sem terem passado pelo intermediário das línguas

⁵³ Ano do Tratado de Tordesilhas.

ibéricas (...) Devemos pois concluir que o Brasil daí que há um fundo de verdade na tradição oriunda de Dieppe segundo a qual o Brasil teria sido descoberto por Jean Coutin quatro anos antes da primeira viagem de Colombo? (Cf. Lévi-Strauss [1986], p. 76]

E agora *Novo Mundo*, América do Norte, Caribe, Centro, Andina, Antilhas, Sul... Brasil! Outras partes das Américas, a maior parte do Novo Mundo do século XX que não tem começo nem fim nas areias escuras das praias da província de Santa Cruz, no México, nem nas praias e paisagem bucólicas de um Porto Seguro, de um Monte Pascal, Bahia. Talvez aí se materializasse a imaginária Serra Dourada do ideado Eldorado teológico-filosófico europeu medieval e da *observância* de Portugal. E agora América do início, meio e fim do século XX, de tempo de globalização! A NOVA AMÉRICA com saberes científicos, agrários, industriais, tecnológicos, informacionais... Saberes novos, testemunhos, transportados, transmutados ou iguais. A MINHA AMÉRICA que na

(...) Cidade de Cusco. Hace frio./ de Cusco. Hace frio. .Lá vem a procissão do Senhor dos tremores de terra/ Viva El Señor de los tamblores! Viva el Perú!/ Há flores de nuchos pelas ruas./ Há meninas rotundas nos balcões./ Há namoros vermelhos nas esquinas./ Há borrachos a aguardente e chicha!/ De repente tinem sinos,/ carrilhões / da Capilla del Triunfo. Blão! Blão!/ Camaretos soltam bombas e desfila a procissão./ S. Blás, S. Benedicto, S. Cristábal, S. José! ó Señor de los temblores és tu que vens/ ó Señora de Belém és tu que vens,/ com os olhos de mola, movendo, bulindo, que lindos!/ Quê ojos lindos y quê dulce mirar!/ E no ar tinem sinos,

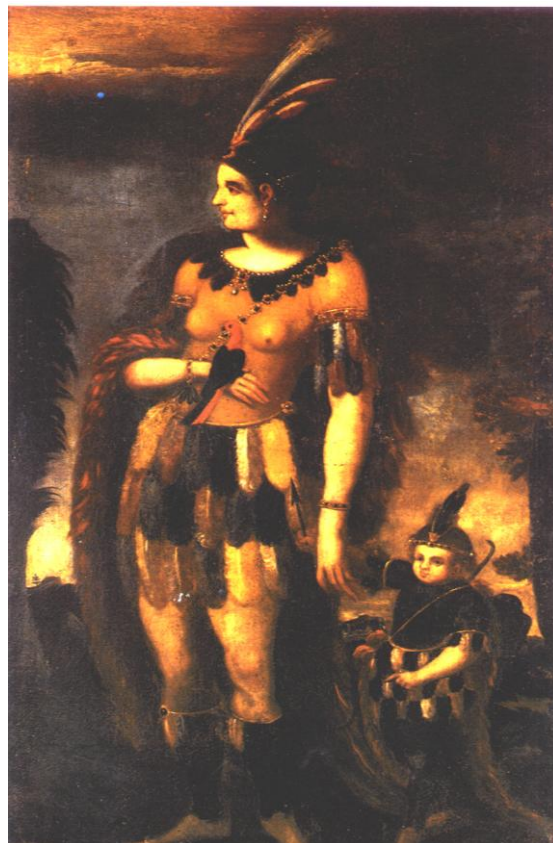


Figura 136. Alegoria da América⁵⁴
carrilhões da Capilla del Triunfo - Blão, Blão./ Tonalá. Señor déjame ir donde voy. /Sabed que aquella flauta me llama y yo no puedo dejar de ir allá./ Alguém que ama sopra um tlaptsali de pingollos ao clarão do luar./ Vem descendo uma brisa dos oteros .../ Vai subindo a cantiga dos pingolhos ... / Gutiérrez de Santa Clara/ é a tua alma que tañe el pingollo encantado ou és tu/ Garcilaso que modulas em tua/ flautilla de argamassa um hino a Nossa Senhora/ de Guadalupe que protege Tonalá? Tierra. Blanca!/ Quatro índios de Pancaya tangem a sonaja de taboca. /E nos pátios perfumados de alecrim e cravos/ o

⁵⁴ Figura 136. Alegoria da América, de Nicolau Frangipane. 1590. Óleo sobre tela, 194 x 112 cm. Coleção particular de Moraes Belluzzo. In: Moraes Belluzzo, Op. cit. p. 77.

zapateado pisa e repisa a mesma toada./ E as índias que estão/ encerradas em suas casas saem escondidamente/ e se vão à procura das sonajas. ó Patagônia, meninona de peitaços bambos toca teu kolo;/ teu alfandoque de bambu, Colúmbia;/ Cajamarquilla! Eu te ouvi Cajamarquilla as quenás de ossos de lhama enfeitadas/ de fitas multicores./ Ouvi nas punas da Bolívia e da Argentina las fiestas de los Andes,/ os tocadores de flautillas das planícies do Chaco,/ das mahuidas do Rio Colorado, /peones chilenos, /almocreves cobertos de molambos,/ os onas comedores de mariscos,/ iakomas cobertos de peles de cabrito,/ ouvi tudo/ e ouvi nos pampas,/ nas praias,/ nas montanhas,/ a voz diabólica do Zonda,/ do Pampero,/ do Nordeste,/ a tristeza dos desertos,/ a opressão temerosa das florestas./ Marimbas de Nicarágua,/ zacapas do Peru,/ tinias, vancares, poracês,/ cocos, emboladas, xangôs, de Maceió e da Bahia,/ candomblés do meu Brasil inteiro,/ tudo isso tão triste!/ O sol rindo,/ a natureza rindo,/ as Nossas Senhoras de Guadalupe,/ del Pilar,/ da Aparecida,/ de Belém/ de Nazaré rindo, rindo,/ e o homem tangendo pífanos,/ ocarinas, bombos, berimbaus,/ zabbumbas, flautas, maracás, violas,/ triste, sempre tristes,/ e sempre as mesmas procissões/ das Senhoras dos tremores,/ as mesmas procissões contra as secas do Nordeste/ contra as enchentes dos rios/ contra os gafanhotos,/ contra as bexigas,/ as lagartas,/ as pestes,/ sempre a renúncia de todos os vencidos/ de la sierra, dos pampas/ das savanas, dos campos, dos brejos,/ dos sertões, das restingas, das lagoas, das capoeiras, dos seringais,/ dos llanos, das caatingas, das coxilhas,/ das florestas;/ das florestas/ o mesmo homem curvado sobre a terra,/ mesmo garoto esfarrapado vigiando ovelhas e cabritos/ a mesma mulher paciente a tecer/ o poncho, a rede, os fundilhos do marido, a coser a roupa de couro dos vaqueiros/ os mesmos burocratas,/ os mesmos domingos// com fonógrafos, // e roupas engomadas,/ a mesma lentidão, os mesmos oradores fogosos,/ os mesmos jornais difamadores,/ os mesmos caudilhos revoltosos,/ os mesmos cangaceiros invencíveis,/ os mesmos defuntos igaçabas/ e dos vasos funerários/ acocorados/ com objetos familiares/ as armas de guerra em redor deles... / U.S./ Estados Unidos da América do Norte: New Jewrsey,/ Detroit,/ Buffalo,/ Chicago,/ Ritmo de fábricas gigantes que desovam/ automóveis e locomotivas./ U. S. A./ Negros linchados pelos brancos,/ réus eletrocutados em Sin-Sing,/ deliçquentes castrados nas prisões,/ arquimilionários condenados,/ e milhões de mãos construindo/ sky-scraper da Felicidade./ (...) o homem rindo nos filmes,/ Roosevelt rindo para a morte,/ a Bíblia rindo para o mundo,/ Tio Sam rindo para todos./ (...) Whitman!/ Alfred Kreyborg!/ Os vossos olhos cor-de-rosa,/ os vossos olhos risonhos demais,/ os vossos olhos que vêm em canudos de oiro/ e o reclama luminoso da vossa América de rios explorados/ e cachoeiras montecárlicas,/ vós que inventastes o novo mundo,/ não vistes a outra América furar/ na escuridão que limita as fronteiras da raça,/ furar com as unhas longas e sem brilho,/ o canal do Panamá entre o México e vós outros./ Os brasis, os méxicos, as patagônias; desta América/ não cantam os cantos bons que Marsden Artlev/ e Grace Hazar Conkling entoaram. / Aqui os mulatos/ substituíram negros gigantes de Vachel Lindsay./ Aqui não há os selvagens felizes de Mary Austin./ Negros,/ Selvagens,/ Amarelos,/ — o arco-iris de todas as raças canta pela boca/ de minha nova América do Sul,/ uma escala diferente da vossa escala,/ Alfred Kreyberg,/ Whitman! (Cf. Jorge de Lima, 1974, pp. 13-19)

Eis assim, essa América *mui cantada* por vozes diferentes e que este capítulo também cantou com esta síntese sobre as artes exploratórias dos feitos e efeitos daqueles *varões* aclamados no início desta tese, de *varões* previdentes e padroados portugueses. *Varões* esses, que certamente traziam no imo das suas almas o sonho de um Quinto Império do Mundo, o qual abarcaria todas as riquezas e

assim eliminaria a competitividade daquelas outras nações, em particular das que a ele não eram unidas por laços sangüíneos ou por determinação de Deus.

Mas isso é apenas uma ideação. A realidade foi diferente e não se baseava, de fato, em sonhos mas sim em ações dinâmicas e próprias daquele momento histórico, cuja hipérbole geométrica traçada nas cartas de marear guiava, não somente Portugal, mas vários países da velha Europa Ocidental na direção da América para aumentar a acumulação mercantil. Como tudo isso já está contado em muitos livros sobre terra, céu e mar a barca da exegese que veleja em direção ao ponto final do discurso desta tese, tende a acreditar que

*(...) Navegar não é apenas uma técnica ou ciência
é também uma arte, qualquer piloto sabe disso.
O mar é manhoso, não basta saber determinar uma rota
Ou definir a posição que o barco ocupa num determinado momento
É preciso ainda firmeza de pulso, golpe e vista e,
Principalmente, é preciso acreditar.
Naveguei a vida toda por rumo e estima
Muitas vezes longe do mar, no Sahara
Quantas vezes no Extremo-Oriente de mim mesmo!
Contra a corrente, com o vento na cara
Ou em pleno sertão
Sempre acreditei que um dia eu ainda iria chegar à outra margem
E continuo acreditando, apesar de tudo, (Cf. Victor Leonardi, op. cit., pp. 48-49)*

que a complexidade dos assuntos tratados neste estudo é o fator principal para se compreender o processo de adonação, por Portugal, tanto do solo quanto de todas as demais riquezas que existiam na natureza da terra de Santa Cruz e posteriormente Brasil. As razões destes nomes são explicadas pelo frei Vicente do Salvador, ao dizer que

(...) O dia que o Capitao-mor Pedro Alvares Cabral levantou a cruz, que no capítulo atrás dissemos, era a 3 de maio, quando se celebra a invenção da santa cruz em que Crista Nosso Redentor morreu por nós, e por esta causa pôs nome à terra que havia descoberta de Santa Cruz e por este nome foi conhecida muitos anos. Porém, como o demônio com o sinal da cruz perdeu todo o domínio que tinha sobre os homens, receando perder também o muito que tinha em os desta terra, trabalhou que se esquecesse o primeiro nome e lhe ficasse o de Brasil, por causa de um pau assim chamado de cor abrasada e vermelha com que tingem panos, do qual há muito, nesta terra, como que importava mais o nome de um pau com que tingem panos que o daquele divino pau, que deu tinta e virtude a" todos os sacramentos da Igreja, e sobre que ela foi edificada e ficou tão firme e bem fundada como sabemos. E porventura por isto, ainda que ao nome de Brasil ajuntaram o de estado e lhe chamam estado do Brasil, ficou ele tão pouco estável que, com não haver hoje cem anos, quando isto escrevo, que se começou a povoar, já se hão despovoados alguns lugares e, sendo a terra tão grande e fértil como ao diante veremos,

e nem por isso vai em aumento, antes em diminuição.(Frei Vicente do Salvador, 1982, p.57)

O discurso do frei Vicente do Salvador sobre o nome de Santa Cruz dado a terra descoberta por Pedro Álvares Cabral foi mais um daqueles feitos *trabalhados* por Deus a fim de conduzir os justos à vida eterna e se livrar das tentações demoníacas do inferno.⁵⁵ Portanto, se não fosse a vontade divina, não teria sido celebrado aquele primeiro ato ecumênico (a Primeira missa) que por *coincidência* aconteceu no dia 3 de maio de 1500, quando foi levantada a cruz na celebração à

(...) invenção da Santa Cruz em que Cristo Nosso Redentor morreu por nós, e por esta causa pôs nome à terra que havia descoberta de Santa Cruz e por este nome foi conhecida muitos anos. Porém, como o demônio com o sinal da cruz perdeu todo o domínio que tinha sobre os homens, receando perder também e muito que tinha em os desta terra, trabalhou que se esquecesse o primeiro nome e lhe ficasse o de Brasil, por causa de um pau assim chamado de cor abrasada e vermelha com que tingem panos, do qual há muito, nesta terra, como que importava mais o nome de um pau que tingem panos que o daquele divino pau, que deu tinta e virtude a todos os sacramentos da Igreja, e sobre que ela foi edificada e ficou tão firme e bem fundada como sabemos. E por ventura por isso, ainda que ao nome de Brasil juntaram o de estado e lhe chamam estado do Brasil, ficou ele pouco estável que, com não haver hoje cem anos, quando isto escrevo, que se começou a povoar, já se hão despovoados alguns lugares e, sendo a terra tão grande e fértil como diante veremos, nem por isso vai em aumento, antes em diminuição. (Cf. Frei Vicente do Salvador, 1982, p. 57)

Este tipo de discurso é marcado pela ambigüidade constante entre o mal e o bem. A construção mental do fenômeno da ambigüidade presente no discurso do confronto, como o do referido padre, é o que Eni Orlandi bem definiu de *Língua-de-espuma*,⁵⁶ assunto este que será mais melhor esclarecido no capítulo VIII. Veja-se que o mal era representado pelas insígnias do próprio nome Brasil que significava

⁵⁵ Existe um bibliografia razoável de obras clássicas sobre a visão que tinha o colonizador europeu da América, no que consiste a relação entre o bem e o mal. O primeiro, normalmente era um dom determinado por Deus, logo, natural do colonizador cristão, enquanto o segundo pertencia aquele que facilmente fosse tentado pelo diabo. Este predicado sempre existiu na Europa, como as bruxas, feiticeiros, etc, mas onde se encontrava mesmo com muita facilidade, estava presente e se intrometia na vida cotidiana era, de fato, na América. Assim, entre as obras clássicas que tratam deste assunto, destacam-se *Visão do Paraíso e Raízes do Brasil* de Sérgio Buarque de Holanda; *O Inferno Atlântico: demonologia e colonização — séculos XVI –XVII* e *O Diabo e a Terra de Santa Cruz*, de Laura Mello e Souza, e *En busca de un Inca*, de Flores Galindo. Este último, nunca foi traduzido para o português e também não é de fácil acesso no Peru. A versão lida em função deste tese, foi uma xerox do mesmo cedida pelo amigo Hector Alimonda.

⁵⁶ Eni Orlandi remete a P. Seriot (especialmente 1982, 1983) em nota de final de capítulo citada na p. 137 da obra acima citada, o significado da referida expressão. Assim diz ela: “(...) *Guardamos entretanto a expressão “língua-de-espuma por seu poder de evocação em relação ao consagrado “languede-bois”. Para o que corresponde ao sentido de espuma, quisemos manter sua ambigüidade, tanto a espuma de sabão, como a espuma de borracha.*”

cor abrasada, vermelha e que remete a inferno, ou seja, no caso da América Portuguesa, a terra onde se encontrava facilmente o demônio fazendo sempre as suas estripulias. Mas por outro lado, a palavra brasil significa pau, madeira, lenho com o qual foi feito a cruz que pregaram Jesus Cristo e por isso, não teria um nome melhor, nem uma data tão apropriada para nomear a terra então encontrada. A *força misteriosa e divina* deste nome certamente iria minimizar, mas não para eliminar definitivamente, a presença do diabo, pois este é astucioso e sempre iria encontrar uma brecha para ganhar uma alma penada. Anos mais tarde as mudanças desses nomes são justificadas por João de Barros,⁵⁷ ao assim dizer:

(...) Per o qual nome de Santa Cruz foi aquela terra nomeada os primeiros anos: e a cruz arvorada durou naquele lugar. Porém como o demônio per o final da cruz perdeu o domínio que tinha sobre nós, mediante a paixão de Cristo Jesus consumada nela: tanto que daquela terra começou de vir pau vermelho chamado brasil, trabalhou que este nome ficasse na boca do povo, e que se perdesse o de Santa Cruz. Como que importava mais o nome de um pau que tinge panos: que daquele pau que deu tintura a todos os sacramentos per que somos salvos, per o sangue de Cristo Jesus que nele foi derramado. (...) por honra de tão grande terra chamamo-lhe província e digamos a Província de Santa Cruz, que soa melhor entre prudentes que brasil, posto per vulgo sem consideração e não habilitado pera dar nome às propriedades da coroa....” (Cf. João de Barros, 1988, pp. 174-175, Apud Mello e Souza, 1993, p. 30).

Mas o lastimar de João de Barros pouco resultado trouxe à troca do nome que continuou sendo não mais o daquele pau que deu tintura a todos os sacramentos per que somos salvos, per o sangue de Cristo Jesus que nele foi derramado, mas sim o que importava para o expansionismo comercial português, ou seja, o pau que tinge panos, enquanto que

*(...) O mar salgado, quanto do teu sal
São lágrimas de Portugal!
Por te cruzamos, quantas mãos choraram.
Quantos filhos em vão rezaram!
Quantas noivas ficaram por casar
Para que fosses nossa, ó mar!*

*Valeu a pena? Tudo vale a pena
Se a alma não é pequena.*

⁵⁷ Diz José António Saraiva, que João de Barros concebia a história como “(...) *uma arte de expor, magnificar, encarecer determinados feitos ou determinadas personalidades*, (Cf. Saraiva, 1995, p. 131. Vol.1)

*Quem quer passar além do Bojador
Tem que pensar além da dor.
Deus ao mar o perigo e o abismo deu,
Mas nele é que espelhou o céu.* (Cf. Fernando Pessoa, 1998, p. 64)

E foi como resposta ao mar salgado que os portugueses espalharam o seu céu e experimentaram, por alguns séculos da sua história, das abundantes riquezas surgidas a partir do ano de graça de 1500 do nascimento de Nosso Senhor Jesus Cristo, quando D. Manuel, durante os vinte e cinco anos no comando do governo português, realizou a maior façanha dos descobrimentos marítimos portugueses: o achamento do Brasil. Mas sempre vacilou se deveria ou não adonar-se dessas novas terras descobertas. Talvez porque ainda mantivesse na memória algumas daquelas notícias lidas na Carta de Caminha, no Diário de Vicente Pizón, ou, principalmente, no *Diário Anônimo da Viagem de Cabral* cuja descrição sobre os habitantes da então ilha de Vera Cruz, assemelha-se ao que em 1519 aparece visualizado no Terra Brasilis.



Figura 137. A Armada de Pedro Álvares Cabral⁵⁸

Eis que esta convicção já vem se formando desde a introdução, passando por todos os demais capítulos da tese, e neste faz a baldeação para os dois restantes, cuja explicação aguarda no capítulo seguinte, a começar pela invocação do seu título: *Século XVI: Terra Brasilis. À vista!!!*

⁵⁸ Figura 137. A Armada de Pedro Álvares Cabral. In: Livro da *Armada*, códice quinhentista pertencente à Academia de Ciências de Lisboa.